

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL**  
**MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**GABRIELA SANTOS DE CARVALHO**

**MONOPARENTALIDADE FEMININA: A realidade de mulheres empobrecidas sob  
a perspectiva do Programa Habitacional “Morar Feliz” em Campos dos  
Goytacazes/RJ**



NITERÓI, RJ  
Junho, 2023

GABRIELA SANTOS DE CARVALHO

**MONOPARENTALIDADE FEMININA: A realidade de mulheres empobrecidas sob  
a perspectiva do Programa Habitacional “Morar Feliz” em Campos dos  
Goytacazes/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos  
Pós-Graduados em Política Social da Universidade  
Federal Fluminense como requisito para obtenção do  
título de Mestre em Política Social.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Adriana Soares Dutra

NITERÓI, RJ

Junho, 2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

Referência para citação: CARVALHO, Gabriela Santos de. **Monoparentalidade feminina: a realidade de mulheres empobrecidas sob a perspectiva do programa habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes/RJ**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. 93 f.

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C331m Carvalho, Gabriela Santos de  
Monoparentalidade Feminina: : A realidade de mulheres empobrecidas sob a perspectiva do Programa Habitacional ?Morar Feliz? em Campos dos Goytacazes/RJ / Gabriela Santos de Carvalho. - 2023.  
96 f.: il.

Orientador: Adriana Soares Dutra.  
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, 2023.

1. Morar Feliz. 2. Gênero. 3. Família Monoparental Feminina. 4. Segregação. 5. Produção intelectual. I. Dutra, Adriana Soares, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

GABRIELA SANTOS DE CARVALHO

**MONOPARENTALIDADE FEMININA: A realidade de mulheres empobrecidas sob a perspectiva do Programa Habitacional “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

**Área de Concentração:** Sujeitos Sociais e Proteção Social

Aprovado em: 27/06/2023

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Adriana Soares Dutra (UFF)  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Nilza Rogéria de Andrade Nunes (PUC-Rio)  
1<sup>a</sup> Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rita de Cássia Santos Freitas (UFF)  
2<sup>a</sup> Examinadora

NITERÓI, RJ

Junho, 2023

## **AGRADECIMENTOS**

Se Guimarães Rosa já dizia que o que a vida espera da gente é coragem, a vida acadêmica então nos exige resiliência. Para conciliar a saúde mental e a produção, é importante criar e manter uma rede de apoio, e é para essa rede de apoio que vão meus agradecimentos.

Em especial ao meu companheiro, Jair Souza, pela paciência, carinho e compreensão que teve comigo nesses dois anos. Uma escuta atenta, até mesmo quando nada fazia mais sentido para mim, quando eu queria desistir, mas sempre esteve ali, me incentivando e me dizendo o quanto eu era capaz. O amor liberta. Obrigada por me ajudar e estar comigo sempre.

Gratidão imensa aos colegas de turma, que mesmo no modo remoto desde o início do curso, sempre estiveram prontos para auxiliar qualquer um que precisasse de um “help” ou dos famosos “babadinhos” (créditos).

Um super obrigada ao meu parceiro (que já está na caminhada desde outros carnavais) de mestrado, Douglas Amaral, companheiro dos desesperos e das conquistas. O mundo é pouco para esse Assistente Social, capaz, forte e dedicado.

As entrevistadas, pela confiança e por aceitarem participar deste trabalho.

Aos professores do PPGPS pelas ricas contribuições no processo de aprendizado.

Agradeço de coração a Professora Adriana, minha orientadora, pela paciência e dedicação comigo e com a esta pesquisa. E por último, agradeço a Universidade Federal Fluminense por todos esses anos (desde a graduação), por essa relação de amor e ódio e por fazer parte da minha formação como pessoa e profissional. Viva a UFF.

*Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou. Ensinou a amar a vida e não desistir da luta, recomeçar na derrota, renunciar as palavras e pensamentos negativos. Acreditar nos valores humanos e ser otimista.*

**CORA CORALINA**

## RESUMO

O Programa Morar Feliz é um programa habitacional executado no município de Campos dos Goytacazes/RJ, que com recursos advindos dos royalties do petróleo, viabilizou moradias populares a diversas famílias que viviam de aluguel social e/ou em áreas consideradas de risco desde seu anúncio ocorrido em 2009. Seguindo uma tendência nacional, buscou priorizar a mulher dentro do processo seletivo, fazendo com que o cadastro e a titularidade do imóvel fossem preferencialmente realizados em nome da mulher, associando-se a outras questões legais de cunho protetivo que a fim garantir o direito deste grupo de sujeitos. Diante disso, considerando a localidade escolhida para a construção das moradias, o objetivo deste estudo foi analisar os efeitos da segregação socioespacial sob uma perspectiva de gênero, em especial analisando a realidade de mulheres empobrecidas chefes de família monoparental, suas implicações sociais, bem como seus reflexos na constituição espacial. Para isso, investigou-se, a partir da percepção das mulheres, as influências do conjunto habitacional “Recanto da Bíblia” no acesso à cidade, aos bens e serviços públicos. Trata-se de um trabalho com teor qualitativo, e escolheu-se como base o método dialético. Além do levantamento bibliográfico, também foram realizadas entrevistas com cinco moradoras do conjunto. Sendo assim, constatou-se que assim como os demais conjuntos, o “Recanto da Bíblia” é distante do acesso à cidade em sua totalidade, marcado pela dificuldade no que tange à mobilidade urbana e à ausência de serviços públicos essenciais à vida, impactando negativamente a vida de famílias monoparentais femininas que já vivenciam as desigualdades econômicas, sociais e de gênero, nos fazendo refletir que as políticas habitacionais precisam ser pensadas para além da questão do acesso à moradia, mas também apreendendo as questões do acesso à cidade e aos serviços que são direitos de todo e qualquer cidadão.

**Palavras-Chave:** Morar Feliz. Gênero. Família Monoparental Feminina. Segregação. Habitação.

## ABSTRACT

The Morar Feliz Program is a housing program carried out in the municipality of Campos dos Goytacazes/RJ, which, with resources from oil royalties, made affordable housing possible for several families living on social rent and/or in areas considered at risk since its announcement. in 2009. Following a national trend, it sought to prioritize women within the selection process, making the registration and ownership of the property preferably carried out in the name of the woman, associating it with other legal issues of a protective nature that, in order to guarantee the right of this group of subjects. Therefore, considering the location chosen for the construction of housing, the objective of this study was to analyze the effects of socio-spatial segregation from a gender perspective, especially analyzing the reality of impoverished women heads of single-parent families, their social implications, as well as their reflexes in the spatial constitution. For this, it was investigated, from the women's perception, the influences of the housing complex "Recanto da Bible" in the access to the city, to public goods and services. This is a work with a qualitative content, and the dialectical method was chosen as the basis. In addition to the bibliographic survey, interviews were also conducted with five residents of the complex. Thus, it was found that, like the other sets, the "Recanto da Bible" is far from access to the city in its entirety, marked by the difficulty in terms of urban mobility and the absence of essential public services to life, negatively impacting the life of female single-parent families who already experience economic, social and gender inequalities, making us reflect that housing policies need to be thought of beyond the issue of access to housing, but also apprehending issues of access to the city and services that are the rights of every citizen.

**Keywords:** Live Happy. Gender. Female Single Parent Family. Segregation. Housing.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNH- Banco Nacional da Habitação  
COI- Comitê Olímpico Internacional  
Cohab- Companhia de Habitação Popular  
Cras- Centro de Referência de Assistência Social  
Ecriad- Estatuto da Criança e do Adolescente  
FCP- Fundo de Combate à Pobreza  
Fgts- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
Fifa- Federação Internacional de Futebol Associado  
Iaps- Institutos de Aposentadorias e Pensões  
Ibge- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Ipea- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
Loas- Lei Orgânica da Assistência Social  
NOB/SUAS- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
OEA- Organização dos Estados Americanos  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento  
Phmf- Programa Habitacional Morar Feliz  
Pmcmv- Programa Minha Casa, Minha Vida  
Pnad- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PT- Partido dos Trabalhadores  
PVE- Ponto de Entrega Voluntária de Entulhos

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2015 .....	36
<b>Figura 2:</b> Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2015. ....	37
<b>Figura 3:</b> Ponte Barcelos Martins sobre o Rio Paraíba do Sul. ....	55
<b>Figura 4:</b> Detalhamento da estrutura das casas do Programa “Morar Feliz”. ....	61
<b>Figura 5:</b> Foto da Rua Profeta Ezequiel no Conjunto Habitacional “Recanto da Bíblia”. .....	65
<b>Figura 6:</b> Foto panorâmica do Conjunto Habitacional “Recanto da Bíblia”. ....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Taxa de participação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça- Brasil, 1995 a 2015 .....	30
--	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Proporção da população de 16 anos ou mais que realiza afazeres domésticos e média de horas semanais dedicadas, por sexo- Brasil, 2015.....	29
<b>Tabela 2:</b> Casas populares entregues no Município de Campos entre 1990 e 2008. (Programa Pode Entrar que a Casa é Sua).....	59
<b>Tabela 3:</b> Conjuntos Habitacionais Morar Feliz (1ª etapa) .....	63
<b>Tabela 4:</b> Perfil das entrevistadas. ....	68

## LISTA DE MAPAS

- Mapa 1:** Localização geográfica do município de Campos dos Goytacazes e do distrito sede.....52
- Mapa 2:** Mapa cartográfico da Vila de São Salvador datado do final do século XVIII ..53

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. A INSTITUIÇÃO SOCIAL FAMÍLIA.....</b>	<b>21</b>
1.1. O conceito de família: origem e evolução .....	21
1.2. Monoparentalidade Feminina: uma análise sobre sua estrutura.....	27
1.3. A relação estrutural entre gênero, classe e raça: compreendendo as desigualdades sociais no Brasil.....	33
<b>2. URBANIZAÇÃO, HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE NO BRASIL .....</b>	<b>38</b>
2.1. A urbanização brasileira e a questão habitacional.....	38
2.2. O conceito de segregação socioespacial.....	45
2.3. As dimensões do direito à moradia para a mulher: o protagonismo da mulher nas políticas habitacionais sociais.....	48
<b>3. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS.....</b>	<b>51</b>
3.1. Contextualizando o município de Campos dos Goytacazes/RJ e o subdistrito de Guarus.....	51
3.2. O Programa “Morar Feliz” e a experiência de Campos dos Goytacazes no segmento habitacional .....	57
3.3. O conjunto habitacional “Recanto da Bíblia” no Parque Santa Clara.....	65
3.4. As narrativas e percepções das protagonistas deste estudo sobre residir no conjunto “Recanto da Bíblia” .....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE I .....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE II .....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

A sociedade tem passado por diversas mudanças em seu sistema nas últimas décadas, inclusive no que se refere ao modelo familiar.

Segundo Carvalho e Almeida (2003), a literatura internacional persiste, há muitos anos, na desconstrução do “mito da família (nuclear) ocidental”, visto que, este modelo familiar talvez seja apenas um fenômeno efêmero que chegou ao topo nos anos 1950, sendo amparado pelo sucesso do pós-Guerra.

A família nuclear, constituída por pai, mãe e filhos, vista pelo imaginário coletivo como um modelo de família ideal que deve estar dentro dos padrões morais e culturais passados de geração a geração, vem perdendo sua hegemonia no cenário da contemporaneidade.

Pela conceituação da Constituição Brasileira de 1988, a família configura-se como organização matrimonial composta por pai, mãe e filhos. Entretanto, na contemporaneidade, seu sentido é muito mais amplo. Sem dúvida, um fator que modificou consideravelmente o papel da mulher na sociedade atual, foi a introdução do princípio da igualdade, constante da Constituição. Este alterou, entre outras questões, o conceito anterior que situava no homem o referencial primeiro no conceito de família (BABIUK, 2015. p. 01).

Nos últimos cinquenta anos, um dos acontecimentos mais marcantes no Brasil foi a alta inserção das mulheres no mercado de trabalho. Esse crescimento da participação da força de trabalho feminina é explicado por uma combinação de questões políticas, sociais, econômicas e culturais (MELO, 2005).

O avanço da industrialização, que modificou toda estrutura produtiva, o processo de urbanização e a baixa das taxas de fecundidade proporcionaram às mulheres mais chances de ingressarem no mercado de trabalho.

O boom do movimento feminista no final dos anos 1960 nos Estados Unidos e na Europa, chegou ao Brasil com muita potência, fazendo ressurgir movimentos libertários populares e o movimento feminista nacional, dando mais visibilidade às mulheres na sociedade brasileira e proporcionando às famílias inúmeras transformações.

Este acontecimento influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, porque proporcionou alterações na formação da identidade feminina, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política (MELO, 2005, p. 04).

Portanto, segundo Rego (2017), as taxas de atuação feminina – especialmente no mercado de trabalho – cresceram consideravelmente e estão relacionadas à diminuição da fecundidade, ao progressivo aumento nos níveis de escolaridade e à necessidade de complementar a renda familiar principalmente na década de 1990, conjuntura marcada pela crise econômica, empobrecimento dos trabalhadores e trabalhadoras e pela precarização das atividades de forma geral.

Somado ao rompimento de relações conjugais, caracterizando a não participação masculina no provimento e tampouco na criação dos filhos, esse contexto tem interferido significativamente nas estruturas familiares, modificando as relações vivenciadas em seu interior.

Diante de tais acontecimentos, pesquisar sobre famílias, em especial, as monoparentais, chefiadas por mulheres, é um tanto complexo já que envolve uma teia de acontecimentos sociais.

É importante ressaltar que nem todas as famílias chefiadas por mulheres são monoparentais. Podemos considerar que o termo chefia, em geral, refere-se ao cônjuge que apresenta maior rendimento no núcleo familiar ou aquele que é o único provedor, podendo ou não, existir a presença de um companheiro. Já a chefia familiar monoparental é considerada como a constituição familiar que tem necessariamente a presença apenas de um dos genitores (VITALE, 2002).

De acordo com Baliana (2013), grande parte das famílias monoparentais femininas estão associadas às situações de vulnerabilidade socioeconômica, visto que a mulher sendo a única adulta no domicílio, é a principal provedora do sustento familiar, além de ter que assumir outras funções como o trabalho doméstico e a criação dos filhos, o que acarreta uma inserção em trabalhos mal remunerados e com longas jornadas de trabalho, tendo assim maiores dificuldades para garantir a subsistência familiar.

A partir dos obstáculos que são constantemente colocados às mulheres, tem se construído um debate a respeito da relação existente entre pobreza e a questão de gênero. Nessa perspectiva, atestou-se que está em curso um fenômeno intitulado de feminização da pobreza, que passa a ser utilizado para fundamentar a elaboração e execução de políticas públicas focadas especialmente nas mulheres pobres (SOARES, 2011).

Atualmente, a questão de gênero<sup>1</sup> tem sido abordada de forma ampla nos programas de inclusão social designados às famílias em situações de risco social, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), assim como em outras políticas e programas.

A política habitacional é um exemplo disto. Em muitas cidades brasileiras, a mulher é prioridade na obtenção da posse ou na propriedade de imóveis adquiridos através de programas habitacionais, e no município de Campos dos Goytacazes/RJ isso não é diferente.

O Programa Morar Feliz<sup>2</sup>, buscou priorizar a mulher dentro do processo seletivo, fazendo com que o cadastro fosse preferencialmente realizado em nome da mulher, associando-se a outras questões legais de cunho protetivo que buscam garantir o direito deste grupo de sujeitos.

De acordo com Meylan (2019), a discussão sobre a questão de gênero na política habitacional de interesse social expõe diversos desdobramentos, mesmo porque está posto em uma arena de conflitos que não envolvem apenas a entrega da casa.

Embora a família seja alvo de tantas transformações, ela é elemento central das ações governamentais. Contudo, esta centralidade vem sobrecarregando as mulheres de forma demasiada pelo fato delas serem consideradas as principais responsáveis pelos cuidados da família e do lar.

Apesar de tais políticas terem como objetivo melhorar as condições de vida das mulheres e diminuir as disparidades de gênero, indo na direção do “empoderamento” e garantia da autonomia feminina, acaba tendo efeitos colaterais e tendendo a reafirmar o papel tradicional, considerado adequado às mães/donas-de-casa/não-trabalhadoras como cuidadoras do lar.

Com base nas reflexões acima, o presente estudo teve como objetivo geral analisar os efeitos da segregação socioespacial sobre as condições de vida de mulheres empobrecidas que vivem com os filhos sem a presença do cônjuge no conjunto habitacional

---

<sup>1</sup> Melo (2005) destaca que o uso do conceito de gênero emergiu para uma melhor análise das diferenças entre homens e mulheres, que não mais são observadas por um viés biológico, mas de caráter social, cultural e econômico.

<sup>2</sup> O programa foi promovido pela Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento do Município de Campos dos Goytacazes-RJ. O Morar Feliz teve como objetivo construir unidades habitacionais populares e promover a posse legal da casa própria para famílias atendidas principalmente pela política de Assistência do município (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 2015).

“Recanto da Bíblia” localizado no Parque Santa Clara em Campos dos Goytacazes, trazendo também, o debate sobre o direito à cidade e acesso a outras políticas públicas e sociais sob a perspectiva da questão de gênero e território.

Portanto, teve-se, em particular, como unidade de análise de estudo, o referido conjunto, cuja delimitação se dá em função da localização do projeto habitacional, através do qual ocorre a aproximação com os elementos substantivos a serem estudados uma vez que fui moradora do bairro por quase dez anos, e também experimentei a ausência e precariedade de Políticas Públicas e Sociais neste lugar.

Trata-se de um trabalho com teor qualitativo, e escolheu-se como base o método dialético. Sobre o método dialético, Minayo (2001) aponta que este propõe apreender o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, como também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados dos mesmos. Minayo (2012) também destaca que “o verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento” (p.623). E acrescenta que “a análise qualitativa de um objeto de investigação concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico” (MINAYO, 2012, p.626).

Na fase exploratória da presente pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico onde foi possível conhecer as principais referências relacionadas ao tema proposto. Nesta etapa tive acesso a artigos acadêmicos, artigos eletrônicos e legislações, monografias, dissertações e teses de autores e autoras que têm como objetos de estudo questões de gênero, raça, políticas sociais, habitação e direito à cidade.

Após a fase exploratória do levantamento bibliográfico, foi realizada a revisão bibliográfica, com o propósito de se fazer uma seleção sistemática dentre as diversas leituras feitas, escolhendo os/as principais autores/as que auxiliaram na discussão e construção do referencial teórico deste trabalho.

Para tanto, com base no diálogo teórico entre os autores e com o objetivo de compreender a realidade dessas mulheres, bem como suas vivências na conciliação entre trabalho remunerado e cuidado com filhos, e o acesso a políticas públicas e sociais no território em que vivem, se propôs desenvolver um trabalho de campo no referido conjunto habitacional com cinco (05) mulheres chefes de família monoparental feminina.

A princípio a técnica da coleta de dados escolhida havia sido o grupo focal. Entretanto, como em qualquer pesquisa, surgiram alguns obstáculos que impossibilitaram a realização deste grupo focal, como por exemplo os constantes conflitos entre facções rivais nos conjuntos habitacionais localizados no subdistrito de Guarus e a falta de transporte entre Mimoso do Sul/ES (meu atual local de residência) e Campos dos Goytacazes. Sendo assim, alteramos o formato para entrevistas.

Escolheu-se então a entrevista narrativa, que é caracterizada como uma ferramenta não estruturada e que busca a profundidade de perspectivas específicas, fazendo com que emergam as histórias de vida e as condições sociais dos entrevistados (Muylaert et al. 2014). “Esse tipo de entrevista visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado (informante) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social”. (MUYLAERT, et al, 2014, p. 194).

Ser mulher chefe de família monoparental e residir no Conjunto Habitacional “Recanto da Bíblia” foram os principais critérios para escolha das entrevistadas. É importante ressaltar, que a participação foi voluntária, conforme desejo e autorização das interessadas.

Neste caso, a proposta de participação foi feita a duas moradoras com quem eu já possuía certa aproximação. A partir disso, as duas primeiras mulheres indicaram uma terceira para participar do estudo. O apoio da Assistente Social Ana Laura, trabalhadora do CRAS de Custodópolis, também foi fundamental, pois através dela foi possível alcançar os contatos de outras mulheres com as características desejadas para participar do estudo, e assim chegar ao número proposto no início da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas à distância e individualmente, e divididas em três momentos: no primeiro momento foi falado sobre os objetivos da pesquisa, e buscou-se compreender se as entrevistadas eram beneficiárias de algum programa social e/ ou se recebem pensão paterna, assim como foi solicitado que dissessem uma qualidade pessoal. No segundo momento foi pedido para que versassem um pouco sobre as suas histórias de moradia, falando seu bairro de origem, como eram suas vidas antes de morarem no Conjunto “Recanto da Bíblia” e o que a mudança de moradia significou para ela.

No terceiro momento, foi perguntado se acreditavam existir alguns problemas em seu conjunto, e caso sim, que destacassem os principais. Alguns serviços públicos foram citados às entrevistadas para identificar se há ou não a presença dos mesmos em seu

conjunto, e por fim, foi solicitado que falassem sobre suas estratégias para conciliar trabalho e cuidado com os filhos, morando no “Recanto da Bíblia”.

Atendendo as normas éticas de pesquisas com seres humanos, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFF<sup>3</sup>. Com a mediação de uma pessoa próxima, que imprimiu e levou até às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi possível obter as assinaturas necessárias, bem como possibilitar aos sujeitos da pesquisa acesso à esclarecimentos sobre os riscos e benefícios (que foram enfatizados durante as entrevistas), para que a sua manifestação de vontade no sentido de participar (ou não) fosse efetivamente livre e consciente, preservando as suas identidades e as suas privacidades.

---

<sup>3</sup> Número do Parecer: 6.002.572.

## 1. A INSTITUIÇÃO SOCIAL FAMÍLIA

Abrindo as discussões desta dissertação, este primeiro capítulo apresenta o conjunto de perspectivas teóricas para a construção e abordagem do objeto de estudo. Para tanto, busca-se nesse primeiro momento analisar a família enquanto instituição social, seu conceito e algumas de suas transformações ocorridas ao longo dos anos, e como as principais formas de dominação/exploração influenciam no contexto experimentado pelos sujeitos, especialmente no contexto de mulheres que vivem com seus filhos sem a presença do cônjuge, denominadas famílias monoparentais femininas. Sendo assim, foram escolhidos para realizar estas análises as relações sociais essenciais e que trabalham em conjunto na sociedade, sendo elas: gênero, classe e raça.

### 1.1. O conceito de família: origem e evolução

O termo família é denominado como um aglomerado de pessoas unidas por relações de afeto ou por ligações de parentesco, existindo várias tipologias onde ela pode ser diferenciada por família nuclear, família extensa e família parental. Sua contextualização na sociedade possui um arcabouço diversificado de conceitos, que foram historicamente construídos e que são fruto da trajetória de sua existência.

De acordo com Carvalho (2002), referindo-se ao pensamento de Engels, o termo família foi criado e trazido primeiramente pelos romanos a fim de caracterizar um novo organismo social. Este novo organismo social se caracterizava pela presença de um líder, onde o mesmo mantinha sob o seu poder a mulher, os filhos e um determinado número de escravos, e possuía o pátrio poder (*paterpotestas*) e o direito de vida e morte sob todos eles (p.31).

No Brasil colonial, a população ibérica transpassou para a sociedade brasileira diversos valores e modos de pensar, específicos de sua cultura. Para as sociedades portuguesa e espanhola, um dos valores centrais era a família, essencialmente, a família com o modelo patriarcal e conservador, onde todas essas concepções eram influenciadas pela religião (SZAPIRO, 1998 *apud* SAMARA, 2002, p.14).

Logo, a família era matrimonializada e totalmente patriarcal, o homem era visto com superioridade e considerado o “*chefe da família*”, e possuía todo o domínio na relação conjugal. As relações consanguíneas eram mais significativas, a moral católica consagrava a monogamia e os interesses econômicos prevaleciam sobre os vínculos

sentimentais, dado que muitos casamentos sobreviviam ausentes de qualquer tipo de afeto. Ou seja, a linhagem, os bens familiares e a preservação do nome eram as preocupações mais relevantes, não havendo nenhuma atenção com a intimidade entre os familiares (BALIANA, 2013).

Neste modelo de família patriarcal, não havia intimidade ou privacidade, em razão do grande número de pessoas que coabitavam na casa (CHRISTIANO; NUNES, 2013).

Gueiros (2002, p.107), denomina a família patriarcal como uma família

[...] na qual os papéis do homem e da mulher e as fronteiras entre público e privado são rigidamente definidos; o amor e o sexo são vividos em instâncias separadas, podendo ser tolerado o adultério por parte do homem e a atribuição de chefe da família é tida como exclusivamente do homem (apud CHRISTIANO; NUNES, 2013, p.35).

Havia uma estrutura totalmente hierarquizada, a partir da qual o homem controlava todos os membros da família que dependiam economicamente dele. Esta nova configuração social não representou avanços para as mulheres, dado que, nos tempos do comunismo primitivo<sup>4</sup>, por exemplo, ainda afirmava-se a importância do papel feminino, onde apenas a filiação por parte da mãe era reconhecida, dando as mulheres um papel superior ao dos homens. Até mesmo no início da agricultura com piquete ou enxada, as mulheres tinham suas atribuições reconhecidas. Eram as mais importantes fornecedoras da alimentação da família e inventoras dos artesanatos (ENGELS, 2006).

Quanto à sexualidade do casal, esta também era vivenciada de forma desigual. O homem tinha total liberdade sexual, sendo estimulado a se relacionar com outras mulheres fora do casamento, enquanto da mulher exigia-se uma rigorosa fidelidade ao seu marido.

No século XVIII, com a evolução das indústrias e as mudanças na organização do trabalho e nos meios e modos de produção, transformações não apenas no campo econômico, mas também no político, no social e no cultural interferiram significativamente na esfera familiar, e nas relações vivenciadas em seu interior.

De acordo com Carvalho (2002, p.24), com o surgimento da escola, da privacidade e do cuidado em manter a igualdade entre os filhos, bem como com a preocupação em

---

<sup>4</sup> O comunismo primitivo era uma forma de produção social que existiu durante milênios, na vida de todos os povos, sendo a mais primitiva etapa de evolução da sociedade.

manter as crianças próximas aos pais, a ideia de família passa a ser valorizada pelas instituições (em especial a Igreja), e a família nuclear burguesa começa a ser projetada.

Inicia-se a oferta pelo trabalho fabril, que somada às dificuldades econômicas vivenciadas no âmbito familiar e a exigência da participação de todos os membros da família na estruturação do orçamento doméstico, efetiva a entrada das mulheres no mercado de trabalho. De acordo com Samara (2002), este foi um movimento importante para a transformação na organização e na realidade das famílias modernas, uma vez que a mulher passa a precisar não apenas de cuidar do lar, mas passa a disputar com os homens seu espaço no mercado de trabalho. Mas é importante ressaltar que, as mulheres pobres e negras sempre trabalharam fora e dentro de casa, sendo assim, o trabalho em si não pode ser visto como uma figura emancipadora da mulher.

Portanto, a partir dessas transformações societárias, a família foi se reestruturando. Papéis ditos masculinos e femininos foram reformulados, e a relação entre o casal tornou-se mais semelhante com relação ao exercício de seus papéis, contribuindo para o surgimento de uma nova perspectiva acerca das questões de gênero, por exemplo (BALIANA, 2013).

Já no século XIX, a família entra na fase da *família conjugal moderna*, onde a realização pessoal na união conjugal passou a ser um fator mais importante, e passa-se a ter uma separação entre amor e sexo, características típicas do mundo urbano no qual “a relação conjugal já não possui mais em sua essência a manutenção de uma propriedade comum ou de interesses políticos” (CHRISTIANO e NUNES, 2013, p.36).

Com a predominância do monopólio do capital, o desenvolvimento dos centros urbanos e das indústrias, podemos afirmar que a família é sujeito desse processo histórico socialmente construído, em que vivenciou e vivencia todas as adversidades do sistema capitalista. Portanto, a família inserida no contexto social tem suas relações sociais influenciadas pela divisão social do trabalho.

Dessa forma, Oliveira (2009) aponta que

marcada pelo ritmo acelerado do capital, a família pode reproduzir, em seu interior, o individualismo e a competição, frutos da modernização da sociedade, podendo, neste contexto, haver o predomínio do interesse individual sobre o coletivo, desfigurando o entendimento de que a família deveria ser local onde o coletivo predominasse sobre o individual (p.26).

O século XX foi palco de muitas conquistas para as mulheres, mas, apesar disso,

tais conquistas foram alcançadas aos poucos. Na década de 1960, o movimento feminista, a revolução sexual e os movimentos libertários populares que ocorreram em diversos países colaboraram para as transformações que aconteceram na instituição família e nas formas de matrimônio, pois permitiram às mulheres uma maior liberdade sexual e proporcionaram a conquista de novos espaços fora de casa, e em vista disso “a família moderna adquiriu um novo paradigma, acolhido por sua nova identidade, cujos valores se modificaram”(BALIANA, 2013, p. 11).

Também nas décadas de 1960 e 1970 a pílula anticoncepcional ganhou visibilidade e incentivo no seu uso, intervindo diretamente na vida sexual das mulheres possibilitando-as a deixarem de ter suas vidas relacionadas apenas à maternidade. De acordo com Christiano e Nunes (2013) a mulher moderna passa a assumir uma nova postura na sociedade, tendo mais autonomia, mais perspectivas e novas responsabilidades na sociedade alterando os laços familiares existentes e apontando importantes mudanças na família.

É importante destacar que, também ocorreram modificações importantes na legislação brasileira ao longo do tempo, com relação à família. A Constituição brasileira de 1916 por exemplo, compreendia a família apenas em seus moldes patriarcais, centrando-a na dominação do pátrio poder e determinando diferenças entre homens e mulheres. Em 1937, os filhos legítimos e ilegítimos passam a ter os mesmos direitos, o que expressou um ganho para a época. Com a Constituição Federal de 1988, os ganhos são ainda maiores, uma vez que a lei passa a reconhecer a família de forma mais ampla proporcionando uma maior proteção ao casamento (o casamento é civil, sendo gratuita sua celebração, e o religioso tem efeito civil, nos termos da lei), à união estável e às famílias monoparentais.

Entretanto, apesar de avanços na legislação brasileira com relação à família e a sua organização, a sociedade e as pessoas se relacionam de formas dinâmicas, trazendo a todo tempo a necessidade de novos direitos às novas organizações familiares que vão surgindo, e que ainda não são protegidas por norma.

Segundo Fonseca (2005), mencionando o antropólogo brasileiro Luis Fernando Duarte, o conceito de família tem um peso importante para todas as classes sociais da população brasileira. Porém, possui significados diferentes dependendo da classe social.

Enquanto, entre pessoas da elite, prevalece a família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua (FONSECA, 2005, p.51).

A família nuclear constituída por pai, mãe e filhos que até então era considerada um modelo familiar “transformador”, por considerarem ter proporcionado a perda da importância do parentesco extenso, independência econômica dos filhos, permitindo uma participação mais equânime nas tomadas de decisão entre homens e mulheres no lar, supostamente aumentado a participação da mulher no sistema produtivo e a natalidade sendo melhor planejada e reduzida, não se interpõe mais com tanta força em nossa sociedade como há alguns anos atrás, porém, não significa que ela foi eliminada.

Nós temos, por outro lado, famílias brasileiras negras e pobres que passam por grandes dificuldades econômicas, conseguindo sobreviver ao seu contexto devido as redes de ajuda mútuas. Acabam tornando-se membros definitivos dessa rede familiar não apenas os pais e os filhos, mas também os irmãos, os primos, tios, compadre e até amigos. Logo, é comum encontrar na casa de uma mulher, além de seus filhos, vários indivíduos ocupando posições importantes que auxiliam nessa partilha constante, nem sempre pacífica, de recursos (FONSECA, 2005).

De acordo com Carneiro (2015), com as modificações na sexualidade contemporânea e com o surgimento de novos moldes familiares considerados alternativos, os métodos contraceptivos e o aborto, assim como de fertilização in vitro, etc, mostram uma complexidade muito maior a respeito das transformações das relações amorosas e da reprodução humana.

Atualmente temos a possibilidade do divórcio, casais sem filhos, diminuição da nupcialidade, idosos que se casam novamente, união de cônjuges com filhos de casamentos diferentes, a adoção legal por parte de casais homossexuais e o crescimento de outros tipos de arranjos familiares como as famílias monoparentais e as famílias reconstituídas. Apesar de muitos destes modelos de família serem reconhecidos perante a lei e a sociedade, não significa que eles sejam amplamente aceitos.

As mudanças ocorridas na família refletiram também nas políticas sociais. No âmbito da assistência social brasileira por exemplo, modelos de famílias diversificadas são apresentados pela NOB/SUAS, dando base à discussão sobre o que é família:

A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; (...) núcleo afetivo, com laços consanguíneos e/ou de aliança e/ou de afinidade, cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de gênero e geração (BRASIL, 2005, p.17).

É sabido que não é uma tarefa fácil encontrar um conceito que permita abarcar toda a heterogeneidade dos modelos familiares, contudo ampliar a concepção de família buscando um afastamento de modelos que indicam suas conformações como certas e erradas é fundamental.

Compreendemos que a família é uma instituição multimilenar e que se apresenta e se estabelece nas suas mais diversas configurações, e é uma unidade de reprodução social e biológica, que se estabelece também como uma unidade de apoio econômico e de consumo coletivo de bens materiais e simbólicos. De acordo com Miotto (2010, p.167) a família é estruturada sempre atendendo às demandas que são colocadas de acordo com a sociedade na qual o núcleo está inserido, construindo-se e reconstruindo-se cotidianamente por meio das relações entre seus membros e outras esferas da sociedade, como o Estado. Compreende-se também, que além de sua qualidade de produção de subjetividades, a família também é uma unidade de cuidado e de repartição interna de recursos.

A família é considerada um elemento chave não apenas para suprir as necessidades humanas dos seus membros e garantir a subsistência destes, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão de capital cultural, econômico e o domínio do grupo, bem como das relações de gênero e de apoio entre gerações. O papel da família vai além de assegurar o bem-estar dos indivíduos que compõe aquele grupo, “portanto, ela não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos” (MIOTTO, CAMPOS, LIMA, 2004, apud MIOTTO, 2010, p.168).

Desta maneira, tal concepção sobre família se contrapõe aos conceitos que costumamos reproduzir. Conforme destaca Miotto,

Tratam a família a partir de uma determinada estrutura, tomada como ideal (casal com seus filhos) e com papéis pré-definidos; concebem a família apenas numa

perspectiva relacional. Ou seja, que as relações familiares estão circunscritas apenas às relações estabelecidas na família, seja no âmbito de seu domicílio, seja na sua rede social primária; analisam a família somente a partir de sua estrutura relacional, não incorporando como as relações estabelecidas com outras esferas da sociedade. Por exemplo, como a relação com o Estado, através de sua legislação, de suas políticas econômicas e sociais, interfere na história das famílias, na construção dos processos familiares que são expressos através das dinâmicas familiares (MIOTO,2010, p.168).

Deste modo, apesar de a família ser o principal refúgio do indivíduo nos seus momentos de fraqueza e debilidade do Estado, contesta-se a ideia de que a família é vista como a única e principal responsável pelo bem-estar de seus integrantes, não levando em consideração as diversas transformações ocorridas em nossa sociedade.

Em que pese as mudanças ocorridas, a família é vista como a instituição mais importante em nossa sociedade, sendo o foco principal para intervenções de programas sociais que são direcionados à população em situação de vulnerabilidade social. Como é evidenciado no art. 16 da Declaração de Direitos Humanos, a família tem papel essencial na vida social e é o centro da proteção da sociedade e do Estado. Na Constituição Federal de 1988 ela é considerada a base da sociedade, no LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), no ECRID (Estatuto da Criança e do Adolescente) e em diversas legislações sua centralidade é reafirmada.

## 1.2. Monoparentalidade Feminina: uma análise sobre sua estrutura

Nos estudos sobre a sociologia da família e política social, entende-se como família monoparental uma mãe ou um pai sem cônjuge e com filhos dependentes (crianças ou jovens adultos solteiros). A família monoparental feminina (que neste caso é composta apenas pela figura materna, onde a mulher tem o papel principal de provedora do sustento da família) vem crescendo nos últimos anos de forma muito acelerada em nossa sociedade, e tem ocupado um espaço importante em estudos acadêmicos a partir do século XX (BABIUK, 2015).

A monoparentalidade feminina não é algo novo, visto que a existência desse tipo de arranjo familiar já estava presente nas camadas mais pobres da população, tanto no Brasil quanto em outros países e advém de diversos fatores. Ou seja, são famílias que não são monoparentais, estão monoparentais.

Portanto, para apreendermos a complexidade acerca destes arranjos familiares é fundamental compreendermos os dados demográficos e indicadores disponíveis e

perceber que essas famílias precisam ser enxergadas também, como o resultado de um conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais, que atuam diretamente na história dessas mulheres (BHERING; FONTES, 2017).

De acordo com as *Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010* (2014), dos 57,3 milhões de domicílios existentes no Brasil, 38,7% eram chefiados por mulheres, e este reconhecimento se dá pelo critério de que os demais membros da família reconhecem a pessoa como responsável pelo provimento do sustento familiar. É importante ressaltar, que o aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres é um fenômeno especialmente urbano, apesar de estar presente, com menor intensidade, também nas zonas rurais. Conforme apresenta o *Retrato das desigualdades de gênero e raça* elaborado pelo IPEA, haviam no Brasil em 2015, 28.614.895 famílias chefiadas por mulheres, sendo 15.872.953 destas, chefiadas por mulheres negras.

No município de Campos dos Goytacazes, de acordo com os microdados produzidos pelo IBGE em 2010, as famílias monoparentais femininas representavam 14% dos arranjos existentes no município. Destes 14%, 40,2% eram mulheres solteiras, 39,9% viúvas e 19,6% divorciadas. Considerando a cor/raça neste contexto, as mulheres negras representam 52% destes arranjos, e as mulheres brancas 48%.

Com o passar dos anos, a monoparentalidade feminina deixou de ser algo limitado à camadas mais pobres da sociedade e teve uma ascensão também na classe média, ganhando uma nova expressão, associada ao surgimento dos já referidos estudos de gênero. No entanto, a matrifocalidade<sup>5</sup> apresenta-se de forma mais evidente nas camadas mais pobres, com mulheres negras e que vivem em áreas urbanas e periféricas, que comumente sofrem com os impactos das desigualdades econômicas, sociais, de raça e de gênero, vivenciando situações de pobreza e exclusão social (WOORTMANN; WOORTMANN, 2002).

Este arranjo familiar foi se desenvolvendo consideravelmente nas primeiras décadas do século XXI. E com os impactos das mudanças sociais, econômicas e culturais advindas do capital, passaram a ter caráter prioritário na implementação de políticas públicas e sociais, visto que muita mulher vem assumindo vários papéis no seu cotidiano, sendo chefes de família e buscando conciliar os afazeres domésticos com o trabalho e

---

<sup>5</sup> Entende-se por matrifocalidade, um grupo de mulheres e crianças matrilateralmente relacionadas, com a presença instável do homem ao redor do grupo. O pai-marido pode estar fisicamente presente ou completamente ausente, porém, em qualquer caso a autoridade do grupo é feminina (ZARUR, 1976).

os filhos.

Com relação ao trabalho doméstico, é importante destacarmos que o mesmo na verdade é muito mais do que a limpeza da casa. É servir aos que são assalariados em termos físicos, emocionais e sexuais e preparar essa mão de obra para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar das crianças (futuras mãos de obra), auxiliando-as desde o nascimento e ao longo de suas vidas, garantindo que elas atuem também, da forma que o capitalismo espera delas (FEDERICI, 2021).

Em 2015, mais de 90% das mulheres afirmaram realizar atividades domésticas; no caso dos homens, 53% declararam desempenhar afazeres domésticos. Analisando o número de horas semanais aplicadas à essas atividades, é possível perceber uma significativa diferença entre homens e mulheres, visto que, no mesmo ano as mulheres dedicavam cerca de 24 horas semanais a afazeres domésticos, enquanto os homens apenas 10 horas semanais (IPEA, 2015).

**Tabela 1:** Proporção da população de 16 anos ou mais que realiza afazeres domésticos e média de horas semanais dedicadas, por sexo- Brasil, 2015.

	Homens	Mulheres
Média de horas	10 h	24 h
Realiza afazeres domésticos	53%	91%

Fonte: IPEA. Elaboração própria

E quando tratamos de famílias monoparentais femininas, “entende-se que a forma social família é ao mesmo tempo expressão das relações de gênero e também espaço de interação social que vai recriar e dinamizar estas relações articuladas às relações de classe social, e de raça como elementos explicativos fundamentais da realidade social” (REGO, 2017, p. 78).

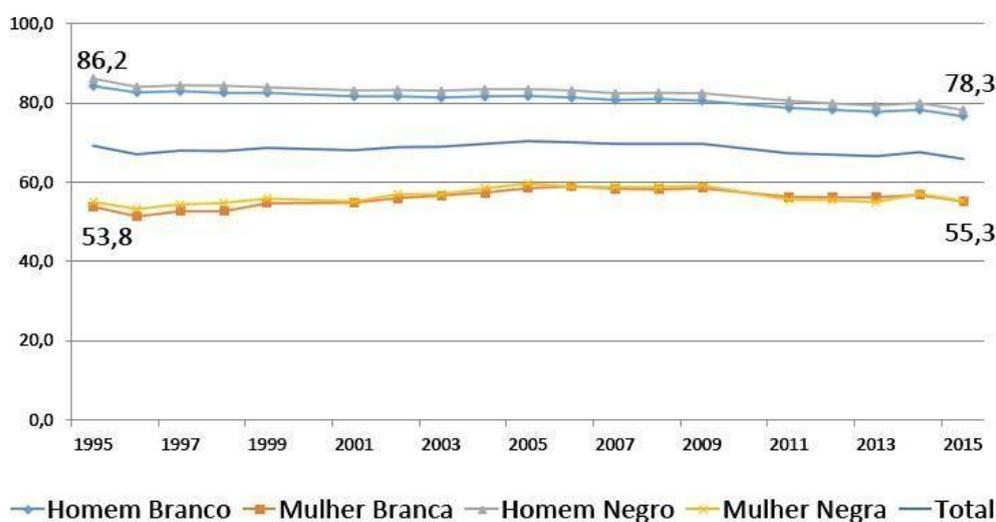
Com a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, especialmente para auxiliar no aumento da renda familiar, o casamento vem deixando de ser o principal objetivo das mulheres, e isso vem interferindo na organização da família e mudando o seu status interno de poder (SANTANA, 2014).

Logo, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e a sua apropriação da

responsabilidade econômica em casa conduziu a mudanças significativas nas relações de poder entre homens e mulheres, visto que na divisão sexual do trabalho o homem sempre foi considerado o chefe da família e responsável pelo sustento, enquanto a mulher era responsável pelos cuidados da casa e criação dos filhos.

Entretanto, há desigualdades de rendimento entre homens e mulheres no Brasil, que é resultado de uma inclusão no mercado de trabalho diferenciada por sexo, onde as mulheres possuem uma maior presença em ocupações precárias, de baixa qualificação e preeminente no setor de serviços como o trabalho doméstico (Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, 2014).

**Gráfico 1:** Taxa de participação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça- Brasil, 1995 a 2015



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça. Elaboração: IPEA/DISCO/NINSOC-

Núcleo de Gestão de Informações Sociais.

O gráfico acima, mostra a taxa de participação no mercado de trabalho de pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça a partir de 1995 a 2015. Ou seja, mostra uma fração da população em idade atuante, que esteja trabalhando ou à procura de trabalho.

Este é um indicador em que a concepção de gênero é bem clara, visto que, os obstáculos enfrentados pelas mulheres para se inserirem no mercado de trabalho mostram-se muito presentes, independentemente das conquistas em décadas passadas. Os últimos vinte anos, mostram que as mulheres brasileiras atingiram um limite de participação no mercado de trabalho duro de ser ultrapassado (IPEA, 2015).

Se de um lado o crescimento das famílias monoparentais demonstra uma maior

independência das mulheres, por outro, temos um número de mulheres que vivem no contexto da pobreza. A análise da renda, ainda é uma das variáveis fundamentais para mensurar pobreza e desigualdade, pelo fato da renda ser considerada uma fonte de bem-estar dos sujeitos. E, no que se refere a renda das famílias monoparentais, a renda média dos domicílios é de R\$ 1.018,74. Comparando a rendas das famílias monoparentais femininas e masculinas, os domicílios monoparentais masculinos possuem renda média mensal de R\$ 2.070,56, à medida que os domicílios monoparentais femininos a renda média mensal é de R\$ 1.479,44 (PNAD, 2015).

Nesse sentido, a concepção da monoparentalidade não pode ser compreendida considerando apenas o gênero. Tem sido tocante a questão da pobreza, tendo em vista as desvantagens que as mulheres ainda enfrentam em relação ao usufruto dos direitos no que se refere à carga horária de trabalho e a média salarial e, em virtude disso, aumentam-se as dificuldades financeiras fazendo com que essas famílias sejam rotuladas de “incapazes” de administrar o próprio lar sem uma presença masculina (BRITO, 2008).

Apesar disso, é importante ter cautela quando abordamos a questão da pobreza nas famílias exclusivamente chefiada por mulheres, visto que:

Ao focar somente o aspecto da pobreza contribui-se para a crença de que são as mulheres chefes que geram a pobreza, como se elas fossem incapazes de cumprir as obrigações de chefia familiar, um papel atribuído historicamente aos homens. Atribuem-se a estes arranjos o status de desorganização familiar, legitimando a ideia de que há a transferência desse papel para alguém destituído dos atributos desejáveis ao enfrentamento da dupla condição de provedor e responsável pelo domicílio (REGO, 2017, p.81).

O fato do rendimento das mulheres ser inferior ao dos homens, tem sido utilizado como um indicador para compreender o porquê da mulher ser o grupo mais pobre, sobretudo quando ela é a única e principal provedora do sustento familiar.

Não podemos esquecer que as mulheres chefes de família costumam ser, em sua grande maioria “mães de família”. As relações afetivas dessas famílias manifestam-se como um motivo de união e de trocas contínuas, respeitadas e afetuosas entre as mães e suas proles, traçando uma autosuperação das dificuldades, principalmente financeiras (BRITO, 2008).

A dependência dos filhos, em especial das crianças, acaba sobrecarregando um

membro da família, na maioria das vezes a mãe, que se dedica a cuidar exclusivamente daquele indivíduo e da casa. Inclusive, essa sobrecarga provém da rotulação do trabalho doméstico como “trabalho de mulher” (FEDERICI, 2021).

No caso de famílias monoparentais femininas pobres e pauperizadas, a mãe é sujeita a se dividir entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. Bem como também é, em algumas situações, levada a deixar de trabalhar, deixar a criança com algum outro filho mais velho ou outro familiar em quem confie. Em situações que precise deixar de trabalhar, conseqüentemente a renda da família diminuirá, o que provocará a necessidade de que algum membro da família assuma a condição de provedor do sustento ou sobreviver dos programas de transferência de renda ofertados pelo Estado.

Outra questão importante a ser analisada a respeito da pobreza e pauperização que atinge essas famílias chefiadas por mulheres é o território em que elas vivem. As condições de vulnerabilidade destacam-se “não só pelo lugar da mulher na família, mas também pela família de determinado lugar” (AZEREDO, 2010, p.583).

É importante pensar a dimensão geográfica da pobreza e o quanto isso reflete sobre as famílias e mais especificamente sobre as mulheres, pois, muitas famílias vivem em locais periféricos que não possuem moradia de qualidade, saneamento básico, acesso à saúde, à escola e ao lazer.

Nesse sentido, a escolha de viver sozinhas com seus/suas filhos/as, ao contrário de permanecerem em relacionamentos que não as satisfazem mais, pode expressar a autonomia da mulher quanto a isso, porém, não significa que as mulheres tenham que arcar com todos os custos e responsabilidades da criação de seus filhos sozinhas.

As conseqüências da questão social sobre as famílias monoparentais femininas, sobretudo sobre as mais pobres, trazem a necessidade da implantação de políticas sociais ofertadas pelo Estado. Essas famílias necessitam não apenas da renda monetária, mas também de serviços de qualidade como creches, escolas em tempo integral e centros de convivência intergeracionais, que são capazes de propiciar a inserção produtiva feminina e ampliar sua autonomia no âmbito das relações sociais de gênero.

Destaca-se ainda como a dimensão étnica/racial que contribui para o agravamento do conjunto dessas dificuldades. Nesse sentido, trazer a discussão da raça para pensar as famílias monoparentais femininas é fundamental, visto que a cidadania conquistada

pelas mulheres não atinge a todas de forma homogênea, sendo atravessada por questões de classe, mas também de raça, como será abordado na próxima seção.

### 1.3. A relação estrutural entre gênero, classe e raça: compreendendo as desigualdades sociais no Brasil

Segundo Babiuk (2015), a dominação burguesa do Estado brasileiro e as desigualdades sociais possibilitam a violência estrutural que alcança com mais facilidade as mulheres negras, levando-as a condições subalternas de educação, saúde, alimentação e outros direitos fundamentais que garantem uma vida digna.

As categorias de gênero e raça desenvolveram-se como campos separados de análise nas Ciências Sociais. As pesquisas no âmbito racial privilegiaram o homem negro, e as pesquisas no âmbito do gênero, a mulher branca. Essa modalidade de estudo separatista, isolando uma categoria da outra, acabou marginalizando em ambas as áreas o estudo da mulher negra como também incentivou o tratamento meramente complementar das características de gênero e de raça (SANTOS, 2009).

Federici (2021) aponta que, a análise de Marx sobre o capitalismo nos deu ferramentas para refletir tanto sobre as formas próprias da exploração à qual as mulheres têm sido sujeitadas na sociedade capitalista, bem como sobre a relação entre “sexo, raça e classe”. Trata-se de categorias de análise consideradas fundamentais que nos auxiliam a compreender as bases estruturais de dominação e subordinação.

De acordo com Santos (2009), as construções sociais de gênero e raça, embora sejam diferentes, estariam entrelaçadas na sua constituição histórica e na experiência individual.

“Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351 apud MOTTA, 2018, p. 75). Portanto, para que a natureza e a dinâmica do poder, do privilégio e da opressão sejam melhor compreendidas, a categoria de gênero deve estar associada com a raça, assim como com a classe.

Em estudos sobre as relações de gênero e raça na produção da desigualdade, ganhou notoriedade a questão da “dupla desvantagem”, onde a pessoa que ocupa uma posição subordinada em mais de uma hierarquia (gênero e raça) sofreria da soma das

desvantagens de ambas as dimensões. Muitas mulheres sofrem com as variadas formas de opressão presentes devido a questão da raça, do gênero e da classe social na qual se encontram, onde o preconceito encontra-se entrelaçado à suas vidas.

É essencial compreender o movimento histórico que permite elucidar como alguns aspectos das diferenças existentes entre os sujeitos (que podem estar no campo do natural, como o sexo, a cor da pele, os desejos, o corpo de uma forma geral) se transformaram em desigualdades sociais como quando a cor da pele fundamenta uma posição social, o sexo uma condição feminina subalterna, etc (MOTTA, 2018).

Sendo assim, partimos da ideia de que os processos de distinção provocados pela ação humana ao longo da história determinaram desigualdades e exclusões, ocasionando discriminações de identidades que tiveram (e ainda têm) efeitos nos processos políticos, econômicos, culturais e sociais.

Segundo Campos (2011), entender a noção de classe e sua dominação é de suma importância, entretanto, não é o suficiente para que possamos compreender a totalidade das desigualdades existentes entre os sujeitos sociais, assim como suas representações sociais específicas, visto que, “mesmo dentro das classes oprimidas há desigualdades de condições de vida e assimetria de poder alicerçadas em outras formas de dominação como a de gênero e raça, por exemplo.” (CAMPOS, 2011, p.31).

Raça e gênero devem, portanto, serem consideradas variáveis fundamentais para a elucidação e compreensão das desigualdades sociais, e a articulação destas variáveis com a classe nos permite entender os processos sociais de forma mais completa e complexa.

Motta (2018) coloca que devemos refletir como

é viver em um país onde mais da metade da população é negra (herdeira do povo africano, arrancado de suas terras e obrigados a trabalhar em plantações) e ainda assim lidar com um imaginário extremamente racista e machista? Como podemos desvendar o regime de classes, e compreender o padrão de luta de classes se não levar em consideração a herança do antigo regime que vivemos no Brasil? Se a história da humanidade é a história da luta de classes, quem são as pessoas que formam as classes? (p.76).

A autora ainda disserta, que

o processo de transformação da mão-de-obra escravizada em assalariada aconteceu no Brasil a partir do final do século XIX. Mas, mesmo com a abolição da

escavidão não houve nenhuma política de compensação e inserção da população negra nas possibilidades de emprego que se abriram. Não houve reparação histórica. Por isso, a formação da sociedade de classes no Brasil é também a marginalização de grande parte da população brasileira e a naturalização de uma situação de subemprego e precariedade que envolve a permanência do estigma com a questão racial. Dessa forma, como é possível pensarmos a luta de classes sem a presença de negros e mulheres? Como analisar uma sociedade de classes fortemente marcada pelo racismo? (MOTTA, 2018, p.76).

Atualmente, no Brasil, a situação da mulher negra no mundo do trabalho é marcada por elementos de *continuidade e mudanças*. Os fatores de continuidade apresentam-se na concentração de mulheres em empregos de menor rendimento, em serviços particularmente do segmento informal e mais desprotegido do mercado de trabalho. Já com relação aos fatores de mudanças, temos o aumento da participação de mulheres em ocupações não-manuais de melhor remuneração, em cargos de comandos, profissões de prestígio e até mesmo como proprietárias de negócios no comércio e em outros serviços (SANTOS, 2008).

Como exemplo do fator de continuidade, temos a profissão de empregada doméstica, que está entre as funções mais precarizadas, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas. E mesmo diante de alguns avanços, muitas encontram-se no mercado de trabalho informal, e infelizmente, o emprego doméstico ainda é o reduto feminino, sendo a principal ocupação de muitas mulheres negras.

Segundo estudo publicado pelo IPEA (2019), o trabalho doméstico remunerado ainda é caracterizado como uma atividade precária, com baixos rendimentos, baixa proteção social, discriminação e assédio. 92% dos 6 milhões de brasileiros que se dedicam a esses serviços como mensalistas, babás, diaristas ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores, são mulheres e em sua maioria negras, de baixa escolaridade e advindas de famílias de baixa renda.

Entre as precarizações do mundo do trabalho e as desigualdades de gênero e raça, esbarramos em uma dramática realidade: as mulheres são maioria da população pobre mundial. Alguns estudos teóricos feministas, como os de Silvia Federici e Heleieth Saffioti, trazem grandes contribuições para que possamos compreender esse cenário que se apoia na relação entre o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho assalariado (NOGUEIRA, 2016).

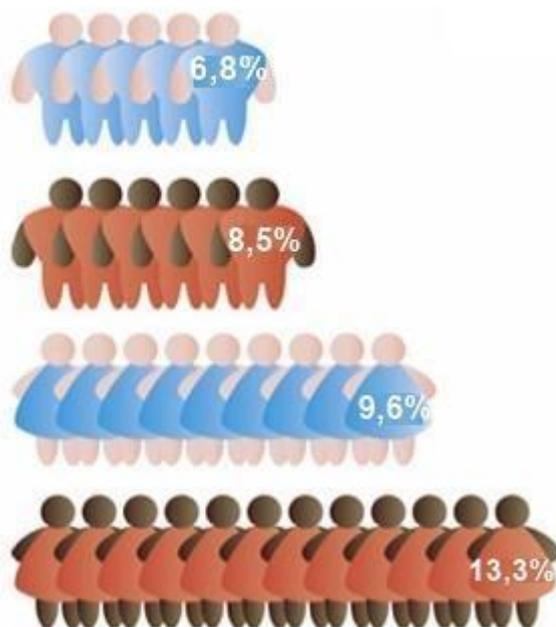
As diversas formas de discriminação estão estritamente ligadas aos fenômenos de

exclusão social que originam e reproduzem a pobreza, sendo responsáveis pela superposição de diferentes tipos de vulnerabilidades e pela criação de grandes barreiras adicionais que impedem pessoas e grupos estigmatizados de superar situações de pobreza e terem acesso a um emprego formal, respaldado nos direitos trabalhistas (ABRAMO, 2006).

No Brasil, as desigualdades relacionadas as questões de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade. Logo, as desigualdades de gênero e de raça possuem origens históricas e são persistentes.

As mulheres, principalmente negras, possuem severas desvantagens no que tange ao mercado de trabalho sendo mais impactadas pelo desemprego, e com menores rendimentos conforme apresentados nas figuras 1 e 2, bem como também encontram adversidades em outros campos como condições de moradia, educação e representação política.

**Figura 1:** Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2015



Fonte: Pnad/Ibge. In: Retrato das desigualdades de gênero e raça. Elaboração: Ipea/Disco/Ninsoc- Núcleo de Gestão de Informações Sociais.

**Figura 2:** Renda média da população, segundo sexo e cor/raça. Brasil, 2015.



Fonte: Pnad/Ibge. In: Retrato das desigualdades de gênero e raça. Elaboração: Ipea/Disco/Ninsoc-Núcleo de Gestão de Informações Sociais.

Fica claro que, em contexto de desigualdades sociais no Brasil, um dos principais fatores relacionados à vulnerabilidade e à pobreza destes arranjos familiares, está inteiramente ligada com a forma insatisfatória em como o país oferta os trabalhos reprodutivos. Isto ficou evidente principalmente no período em que enfrentamos a pandemia de Covid-19, onde as mulheres, especialmente as negras, experimentaram mais situações de riscos e dificuldades com relação aos rendimentos da família, bem como sofreram com a sobrecarga de tarefas devido ao fechamento de creches de escolas. É evidente que a superação destas desigualdades, em suas variadas dimensões, é um desafio, entretanto é preciso fortalecer as políticas existentes e elaborar novas estratégias para a mudança desse quadro.

## 2. URBANIZAÇÃO, HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE NO BRASIL

O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se (...) não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realiza-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível. (Lefebvre, 2002, p. 28.)

A luta pelo direito à moradia digna e à cidade, não é de hoje. Trata-se de uma batalha de longa data, desde o reconhecimento do direito à habitação e à moradia, entre outros como direitos humanos, perpassando os dias atuais devido ao fenômeno da urbanização. É importante destacar nesta pequena introdução que, no art. 2, inciso I do Estatuto da Cidade (2001), está disposto sobre o direito a cidades sustentáveis, no qual é entendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Sendo assim, o direito à cidade apresentado na lei condensa uma gama de direitos.

Diante disso, a fim de buscar uma melhor compreensão do tema a ser abordado, este capítulo está dividido em três momentos, os quais abordam o processo de urbanização brasileira e a questão habitacional; o conceito de segregação socioespacial e por fim as dimensões do direito à moradia para as mulheres, trazendo a questão do protagonismo da mulher nas políticas habitacionais sociais.

### 2.1. A urbanização brasileira e a questão habitacional

Partindo do período da República Velha (1889-1930), a concepção de política urbana era de embelezamento das grandes cidades, que compreendemos também como tentativa de higienismo urbano e de embranquecimento da população, evidenciando uma segregação urbana social e racial. Foi nesse período que ocorreram as primeiras intervenções estatais a partir de práticas disciplinadoras na área das edificações urbanas (Duarte, 2013).

A historiadora aponta remoções de casarões, cortiços e habitações coletivas na área central da cidade do Rio de Janeiro (realizados pelo Prefeito Pereira Passos entre 1902 e 1906), que resultaram no agravamento da questão habitacional, com o

encarecimento dos aluguéis e a ida em massa da classe trabalhadora para os subúrbios e morros.

A partir disso, iniciaram-se as ocupações em áreas ilegais e desvalorizadas da cidade, como o subúrbio, morros, grotas e regiões de mangue, onde foram construídas diversas residências por meio de mutirões e/ou autoconstruções, surgindo então, novas formas de habitar, como as favelas.

Para Monteiro e Veras (2017):

a crescente urbanização aliada a falta de investimentos necessários, trouxe, porém, juntamente com o crescimento das cidades, a ampliação dos assentamentos habitacionais precários. Todo esse processo resultou em mudanças na estrutura urbana das cidades e em transformações no modo de morar da população, pois essas pessoas, chegando à metrópole, muitas vezes se inseriam de forma precária e mal remunerada nas atividades produtivas e, na maioria das vezes, resolviam os problemas de moradia através da autoconstrução, ou seja, habitações, em geral, informais, precárias e autoconstruídas em etapas que compõem as favelas e os loteamentos irregulares ou passavam a habitar cortiços (p.5).

Assim sendo, pode-se compreender que o processo de urbanização no Brasil inicia-se ainda no século XVIII e XIX, mas é a partir do século XX, particularmente no período inicial dos anos de 1930, que ocorre no país uma intensificação no processo de industrialização, urbanização e um estímulo significativo na direção do desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

As mudanças na conjuntura política, social e econômica da época tiveram início a partir da Revolução de 1930, um importante acontecimento da história brasileira. A mencionada Revolução, de acordo com Bulla (2003), pode ser observada como um divisor de águas entre dois períodos diferentes: o do sistema agrário exportador, que era claramente ligado ao capitalismo internacional, e o do sistema urbano-industrial, direcionado ao mercado interno, que se expandia e firmava suas raízes cada vez mais. A mudança do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial acarretou em grandes consequências para o processo de urbanização do país.

Nos períodos de 1940 e 1950, estes governados por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek respectivamente, o processo de urbanização foi propriamente consolidado. Entretanto, mesmo diante de um contexto urbano-industrial, o Brasil ainda era considerado um país tipicamente rural em termos habitacionais (MONTEIRO; VERAS, 2017).

Segundo Botega (2007), o processo de urbanização no Brasil sempre esteve ligado ao capitalismo dependente, devido a sua formação sócio-histórica e econômica. Para o

autor, a passagem para um modelo urbano- industrial ocorreu sem rupturas das estruturas do modelo anterior, mantendo “uma estrutura agrária baseada no latifúndio e na concentração de renda, fator que será determinante no fenômeno do êxodo rural que irá acompanhar a urbanização brasileira” (BOTEGA, 2007, p.65).

O desenvolvimento econômico em que o país adentrou, refletiu no aumento do salário, da renda per capita e do consumo na época, bem como na ampliação da taxa de crescimento da população e de urbanização. Em contrapartida, a centralização da população nas áreas urbanas trouxe consigo diversos problemas com relação a assistência, educação, infraestrutura, habitação e saneamento básico. Ao passo em que a industrialização avançava, se intensificava a concentração de renda, as tensões nas relações de trabalho, as desigualdades sociais aumentavam e a questão social era agravada (BULLA, 2003).

Para Pinto (2005), nas cidades

o lugar dos migrantes da vida urbana é prioritariamente as favelas e a periferia, locais em que se criam os redutos habitacionais da pobreza urbana e que até a década de 1960 eram tidos como problemática a ser erradicada. No Rio de Janeiro, em 1948, existiam 105 favelas; em 1950, abrangiam 6,7% do total da população; em 1960, o percentual sobe para 9,3%; em 1970, alcança 13%. Os números no final dos anos de 1970 nos dão uma monta de, no mínimo, 1 milhão e 500 mil moradores localizados em 375 favelas (p.107).

Além de intervenções que ocorriam por meio de práticas higienistas, Getúlio Vargas também tratou das questões relacionadas às moradias populares partindo de concepções que visavam a manipulação de uma parcela maior da sociedade, bem como o controle social. A moradia foi utilizada como “meio de manutenção e sustentação do poder através de uma ideologia que contribuiu para o controle da massa, assim como, para o estímulo de determinados setores econômicos” (DUARTE, 2013, p.1).

Diante disso, a partir da crise habitacional brasileira, na década de 1940 a intervenção do Estado passa a ocorrer diretamente na questão habitacional, construindo conjuntos habitacionais e financiando moradias populares, tendo a participação de instituições públicas como os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) e a Fundação da Casa Popular (FCP) (DUARTE, 2013).

O FCP é extinto em 1964, ano do golpe civil-militar brasileiro, dando lugar para o Banco Nacional de Habitação (BNH). Segundo Botega (2007), o BNH foi uma peça

fundamental no impulso da economia nacional, desempenhando um importante papel em conjunto com o capital imobiliário, fugindo do seu principal objetivo que era ser um grande gerador de políticas habitacionais a fim de superar o déficit habitacional. Inclusive, o BNH também foi responsável pelo gerenciamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Fgts), como um meio de obter recursos para os programas da época.

Em 1986 o BNH foi extinto. Na década de 1990, especialmente no governo de Fernando Collor, o neoliberalismo toma a cena no país, acarretando uma série de desmontes das políticas sociais, inclusive a de habitação. A política habitacional à época continuou utilizando como recurso central o FGTS, que foi usado de forma desmedida no governo, impossibilitando o financiamento habitacional por dois anos após o fim da gestão Collor. Até os anos 2000 a habitação social permaneceu em uma posição de menosprezo e subalternidade na agenda das políticas sociais brasileiras, enquanto os problemas habitacionais no Brasil se agravavam ainda mais (CARDOSO, 2012).

A população urbana no Brasil passou de 31,3% em 1940 para 74,8% em 1991. Em 2010 a taxa de urbanização era de 84,36 % segundo o Ibge. Tal crescimento está estritamente vinculado à migração das classes populares aos centros urbanos, que para a lógica da “cidade do capital”, não entram nas demandas das políticas urbanas e de moradia. O resultado disso, são espaços urbanos<sup>6</sup> extremamente fragmentados e excludentes (BOTEGA, 2007).

Diante disso, a questão habitacional ganhou grandes proporções, frente às necessidades de adequação do espaço urbano, tendo em vista que, as cidades que passaram por um processo acelerado de urbanização, como São Paulo e Rio de Janeiro, não estavam preparadas para responder às demandas de um contingente tão grande de novos moradores, o que resultou na expansão desordenada das cidades, afetando principalmente a classe trabalhadora que passou construir e residir em moradias improvisadas, insalubres e em áreas inadequadas para habitação (MONTEIRO; VERAS, 2017).

---

<sup>6</sup> É importante diferenciar os conceitos de espaço urbano e cidade. Segundo alguns teóricos como Milton Santos e Henri Lefebvre, a cidade é a forma e materialização de estabelecidas relações sociais, ao passo que, o espaço urbano é o conteúdo, são as próprias relações sociais que se efetivam no espaço. Entretanto, não é possível realizar uma separação absoluta entre o espaço urbano e a cidade, bem como, numa análise dialética não se pode fazer uma separação absoluta entre a forma e o conteúdo. Ou seja, existe entre as duas categorias uma relação de interdependência dialética (CAVALCANTI, 2008).

Logo, as desigualdades sociais e a inserção débil no setor habitacional apresentam ser grandes evidências desse processo de urbanização contemporâneo, que vem crescendo consideravelmente nas últimas décadas, e que não oferece alternativas habitacionais para as camadas populares, fazendo com que as cidades se expandem para as áreas mais periféricas, seja por ações arbitrárias e repressivas do Estado ou pela dificuldade em viver nos grandes centros urbanos. Pinto (2005) afirma que a cidade se tornou o lugar onde a habitação se transformou, sob as relações capitalistas, em mercadoria atribuída ao lucro. Para a autora, existe uma correlação entre dois elementos da organização capitalista, que podem elucidar o não acesso de grande parte da classe trabalhadora à habitação urbana, que seriam: a apropriação da terra pelos mais ricos e a superexploração da classe trabalhadora. A ligação entre esses dois elementos ganha sentido no contexto geral das relações sociais, visto que atualmente, estas são definidas pela dissociação entre as necessidades humanas e as necessidades de acumulação.

Em uma de suas produções sobre cidades e matriz patrimonialista, intitulada O ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano, Maricato (2006) menciona a tese de Raymundo Faoro presente na obra *Os Donos do Poder*, que apresenta as origens do patrimonialismo brasileiro que possui relação entre a concentração do patrimônio, do poder econômico e do poder político. O patrimonialismo além de ser um quesito para a concentração de poder, também explica a tomada da esfera pública por interesses privados, bem como a cultura da acumulação/apropriação monopólica de terras, que acabam por atrapalhar o desenvolvimento urbano e a produtividade da construção civil.

Até os dias atuais é perceptível uma política de “limpeza” do espaço urbano, especialmente dos centros das grandes cidades brasileiras. As favelas e periferias são símbolos da segregação socioespacial e uma questão tipicamente urbana. De acordo com Medeiros (2018), a localização assume um papel importante na questão da valorização do terreno, pois, a competitividade pelo uso mais rentável faz com que surjam rendas diferenciadas.

Ocupa o terreno, por opção, aquele que dispõe de maior poder aquisitivo. O terreno passa a agregar, por assimilação, ao imóvel, todas as benfeitorias públicas e privadas. Dentro do processo capitalista, as rendas são consolidadas de forma comparativa, portanto o processo não se dá de forma homogênea, sendo desigual e excludente – abrigando, seletivamente, ricos e pobres (MEDEIROS, 2018, p.16).

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da república em 2003, há uma mobilização com propostas ligadas a uma agenda mais progressista observando-se uma busca pela aproximação da política urbana (habitacional, saneamento e transporte) a partir da criação do Ministério das Cidades, ao mesmo tempo em que também se avançavam pautas neoliberais (ARRUDA, 2009).

É necessário destacar, que o Ministério das Cidades tem sua criação ligada a movimentos sociais urbanos iniciados na década de 1970. A proposta para sua criação, partiu de uma ideia com o objetivo de ocupar um vazio institucional que afastava o governo federal de importantes discussões sobre política urbana, política habitacional e o destino das cidades. Então, em 2000 por meio do Projeto Moradia, cuja redação final foi elaborada por Aloysio Biondi, se alicerça de forma mais clara a criação do então Ministério das Cidades (MARICATO, 2006).

O Ministério das Cidades, em suas idas e vindas<sup>7</sup>, é um órgão ligado diretamente à Presidência da República, o qual possui autonomia técnica, financeira e administrativa para execução de ações relacionadas à pasta. É no governo Lula, especificamente entre os anos de 2003 e 2005, que são resgatados os investimentos em saneamento e habitação, efetivados em 2007 com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (Pmcmv) em 2009, fundamentado na Política Nacional de Habitação<sup>8</sup>.

Apesar dos avanços conquistados nos anos de governo do PT, eles não foram suficientes para que a formulação e a implementação do “Programa Minha Casa, Minha Vida” não se tornasse um exemplo de reprodução da segregação socioespacial, tendo em vista que, as construtoras privadas (responsáveis pela construção de boa parte dos condomínios) visam acima de tudo o lucro, construindo os condomínios de habitação popular em áreas periféricas, distantes dos centros das cidades, mal equipadas com serviços básicos e de menor custo possível. Ou seja, o programa reproduziu um padrão de

---

<sup>7</sup> A pasta que foi inaugurada no primeiro mandato de Lula, deixou de existir em 2019 quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência e fundiu o ministério ao da Integração Nacional, criando então, o Ministério de Desenvolvimento Regional. Em 2023, com o retorno de Lula ao poder em seu terceiro mandato, o Ministério das Cidades é recriado.

<sup>8</sup> A Política Nacional de Habitação foi extinta em janeiro de 2021 no governo de Jair Bolsonaro, após 10 anos de investimentos de mais de 100 bilhões de reais, principalmente no Programa “Minha Casa, Minha Vida” em todo o território nacional. Em 2023, após a eleição de Lula, a política é retomada com o destrave de cerca de 186 mil moradias populares no país, assegurando ainda, que o governo consiga alcançar a meta de dois milhões de moradias em 2026.

urbanização precário e excludente na maior parte das cidades brasileiras (ROLNIK. et al, 2015).

De acordo com Arruda (2009), a população transferida de seus locais de origem à conjuntos habitacionais ou condomínios populares permanecem “à margem de uma esperada humanização cidadina, tornando-se patente que o direito à moradia foi dado, mas o direito à cidade não” (p.19).

Segundo Soares e Espinheira (2006, apud ARRUDA, 2009, p.19),

a cidade absorve o conjunto habitacional, em tese, e o integra em seus microespaços formais ou informais. O conjunto habitacional, quando localizado em espaços informais e desassistidos por políticas sociais de promoção humana e urbana, constitui em uma variável do planejamento “fragmentista”, que se manifesta quando a projeção urbana é concebida de maneira idealista, não considerando a realidade global da cidade e as reais condições da população que nela habita, tendo como priori apenas o aspecto de inserção estrutural física. Com este planejamento há a continuidade das “cidades repartidas”, dentro de uma cidade que é idealizada como unitária.

No pólo oposto dos conjuntos habitacionais, erguem-se as cidades mercadorias que vêm sendo construídas ao longo dos anos, atendendo aos interesses obtusos segregacionistas, à ignorância e às expectativas de uma classe média que quer privacidade, exclusão e consumo (GHIONE, 2015). A cidade se transforma em um elemento econômico que valida a adequação de instrumentos do poder público por grupos empresariais privados, ignorando os interesses sociais das demais parcelas da população (HARVEY, 2005), como é o exemplo da cidade do Rio de Janeiro<sup>9</sup> e de várias outras cidades brasileiras.

Não só no Brasil, mas em diversas outras cidades do mundo que sediaram megaeventos, o discurso utilizado era que com a realização dos mesmos, as cidades ficariam com um legado em forma de equipamentos e infraestrutura urbana, em contrapartida, a população mais pobre sempre foi marcada por ameaças e ações concretas de remoção forçada.

---

<sup>9</sup> O Rio de Janeiro foi palco de megaeventos como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que foram comandados por instituições privadas como a FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) e o COI (Comitê Olímpico Internacional). À época foi difundido na população, por meio da grande mídia, um sentimento de “orgulho” da cidade estar sediando eventos tão notáveis. Nada mais que um gatilho para justificar a implementação de projetos de transformação urbana, onde os governantes alegaram serem condicionantes impostos pela FIFA e COI para a realização dos jogos.

Segundo a Associação Rio Memórias, no caso do Rio de Janeiro, estima-se que mais de 67 mil pessoas tenham sido removidas de suas casas, entre 2009 e 2013. A luta da comunidade da Vila Autódromo é a mais emblemática da resistência popular aos megaeventos. Sob ameaças de remoção para a construção do Parque Olímpico, que posteriormente seria demolido e o terreno liberado para o Consórcio Rio Mais construir e comercializar condomínios de luxo, os moradores tiveram o apoio de membros do Núcleo de Terras e Habitação e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro que conseguiram impedir as remoções por um curto período de tempo (GALIZA; VAZ; SILVA, 2014).

Portanto, nesse contexto habitacional as cidades apresentam uma dupla segregação: os que se autosegregam em condomínios de luxo em busca de privacidade e segurança e aqueles que são removidos de seus locais de origem para conjuntos habitacionais localizados nas periferias das cidades e distantes de serviços básicos. É o mais claro significado de restrição dos espaços de encontro e convívio, onde é possível confrontar as diferenças (ARRUDA, 2009).

Diante disso, é importante salientar que o direito à cidade é tido como um direito humano fundamental, devido principalmente, ao princípio constitucional das funções sociais da cidade, funções estas que se encontram no conceito do espaço público como mediador das relações de equilíbrio entre o ambiente natural e o construído. Portanto, a cidade deve ser o local onde ocorre a efetivação da cidadania e de respeito à dignidade humana (DESORDI, 2017).

Para Sousa (2017), é indispensável compreendermos a política urbana como uma política social, tendo em vista que a política urbana está estritamente ligada ao consumo de bens e serviços que são coletivos. A cidade nada mais é, do que a forma de encontro e conexão entre os componentes da vida social. Logo, o direito à cidade manifesta-se também como direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar.

## 2.2. O conceito de segregação socioespacial

Duas correntes se destacaram ao longo do século XX com relação a estudos ligados ao conceito de segregação socioespacial. A primeira corrente, integrada por pesquisadores da Escola de Chicago, produziram análises entre as décadas de 1930 e 1940, e a segunda,

a corrente marxista, que ganhou notoriedade a partir das décadas de 1960 e 1970 com pesquisadores franceses (FILHO, 2019).

Segundo Filho (2019), a partir do pensamento de pesquisadores da Escola de Chicago, como Georg Simmel, a segregação:

é considerada uma característica presente em todas as cidades. Em outras palavras, esses pesquisadores se voltaram à observação da paisagem urbana, buscando assim perceber se, de fato, a segregação socioespacial se confirmava a partir da localização das diferentes classes sociais em lugares específicos e afastados. Acreditavam dessa forma, que a segregação é resultado de um processo de preferências individuais de cada um que vive na cidade (p.8).

Para Schaeffer (2003), a corrente marxista, entende que a segregação socioespacial é a reprodução da divisão social do trabalho no território. Essa abordagem é compreendida pela relação do Estado no ordenamento do espaço urbano, juntamente aos grupos hegemônicos e dominantes do capital. Tais questões acabam influenciando na manutenção de uma dispersão da classe trabalhadora, reproduzindo dessa forma as relações sociais que criam um vínculo contraditório entre centro e periferia no espaço intraurbano.

Sendo assim, do ponto de vista marxista, alguns estudiosos como Castells, Maricato, e Villaça, dão enfoque à ideia de que o processo de segregação socioespacial se dá pela disputa de territórios, tendo em vista que o espaço urbano é tido como mercadoria.

Diante disso, a questão da segregação socioespacial é vista como um problema grave, sendo uma característica marcante principalmente nas metrópoles brasileiras. O mais conhecido processo de segregação é o *centro x periferia*. Nesse protótipo, o centro é ocupado sobretudo pelas classes abastadas, munido de serviços urbanos, públicos e privados. Essa área se diferencia da periferia, que por sua vez, é ocupada majoritariamente pelos “excluídos”, subequipada ou destituída de serviços públicos e localizada longe dos centros (VILLAÇA, 2001).

Conforme apresenta o autor, que analisou diversas metrópoles brasileiras evidenciando o fenômeno da segregação urbana, a segregação é um processo onde diferentes camadas ou classes sociais se concentram progressivamente em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros de metrópole.

De acordo com Maricato (2003), o crescimento das periferias urbanas, que se intensificou a partir dos anos de 1980, é a expressão mais concreta no que tange a questão

da segregação socioespacial ou ambiental, constituindo-se em grandes regiões onde a pobreza é igualmente disseminada.

Para a autora,

a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidade de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 2003, p.152).

Para Rolnik (1998), a segregação socioespacial é resultado de uma distribuição desigual de serviços e infraestrutura para determinados grupos sociais e locais. Para a autora, de forma figurada, a cidade seria limitada por fronteiras e cercas, que possuem o poder de definir o lugar de cada coisa e de cada um dos habitantes.

Conforme Sousa (2017),

desde a sua origem, a cidade teve seus espaços incorporados à dinâmica espacial da acumulação decorrente das relações sociais entre as classes sociais e, portanto, se constituindo como circuito central para a reprodução do capital e do trabalho. O acentuado crescimento das cidades reflete o retrato das desigualdades sociais que tem sua origem na dificuldade de acesso à terra e da ocupação formal do solo urbano, e essa dificuldade à terra legal e urbanizada alimenta muitas vezes o círculo vicioso da pobreza. Neste processo, a classe que vive do trabalho não dispõe das condições necessárias para se apropriar da riqueza que ajudara a construir (p.110).

Para Cavalcanti e Araújo (2017), a segregação ultrapassa “a esfera do morar e se estende à do habitar, pois sua compreensão vai além da fragmentação dos espaços e lugares da cidade, expandindo-se até à restrição de direitos” (p.141).

Buscando também compreender o conceito, Sposito (2013, *apud* CAVALCANTI; ARAUJO, 2017) apresenta que é essencial entender que a segregação se encontra de forma sistemática em uma relação entre uma parte e a totalidade da cidade.

Por isso, é importante articular a questão da segregação com outras produções de desigualdades e dominação social para compreendermos melhor esse fenômeno (VILLAÇA, 2011).

Nessa direção, a segregação além de separação também é sinônimo de desigualdade de acesso, pois a localização da moradia se torna um fator considerável, já que envolve a mobilidade de pessoas e mercadorias entre os locais de moradia (periferia)

e os de produção e consumo (centro). Em outras palavras, é a segregação como separação social, potencializada pelo Estado, pela lógica capitalista, pelo acesso de bens e consumo ou pela luta entre as classes pelos territórios no espaço urbano.

### 2.3. As dimensões do direito à moradia para a mulher: o protagonismo da mulher nas políticas habitacionais sociais

“Toda pessoa tem direito à moradia adequada. Esta deve ser entendida de forma ampla, não se limitando à própria casa. A moradia adequada não é apenas um teto e quatro paredes” (GUIA COMO FAZER VALER O DIREITO DAS MULHERES À MORADIA? 2012, p.6).

Para Rosa (2010), a moradia faz parte de uma condição essencial à vida humana pelo fato de poder proporcionar o acesso a serviços básicos como saúde, educação, lazer, trabalho, transporte, cultura, etc. Portanto, a moradia está ligada também a uma rede de serviços e infraestrutura que garantem (ou deveriam garantir) o bem estar.

De acordo com o guia “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?” (2012) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, o direito à moradia inclui sete elementos importantes: “Segurança da posse, habitabilidade, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação cultural, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis e custo acessível” (p.6).

Até os dias atuais ainda existem desigualdades entre homens e mulheres, em todo o mundo, seja no campo do trabalho, na política, no âmbito doméstico e também com relação à moradia. Logo, a dinâmica das desigualdades de gênero pode ser observada em todas as dimensões da vida humana.

Para as mulheres, a não concretização do direito à moradia ou a sua violação trazem consequências específicas, que não são constatadas da mesma forma para os homens (GUIA COMO FAZER VALER O DIREITO DAS MULHERES À MORADIA? 2012).

O surgimento dos primeiros movimentos populares por moradia ocorreu nas periferias de São Paulo na década de 1980, movimentos esses construídos por famílias de baixa renda, com renda mensal de até meio salário mínimo ou com renda de até três salários. É importante ressaltar que as mulheres naquela época já correspondiam cerca de 80% dos participantes de movimentos por moradia e na titularidade de casas e terrenos (AQUINO, 2015).

Meylan (2019) aponta que a partir da década de 1990, seguindo uma direção na linha de valorização dos direitos humanos, foram consolidados marcos teóricos no âmbito internacional (conferências da ONU e OEA) que produziram discussões políticas favoráveis aos direitos das mulheres, incluindo o direito da mulher à moradia. Sob essa perspectiva, inclui-se a busca pela implementação de políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Entretanto,

essa composição da história de luta pelo reconhecimento do direito humano da mulher e transversalmente do direito à moradia, também, como um direito humano da mulher, não se construíram somente dentro desse espaço verticalizado, hierárquico e alheio ao universo das mulheres enquanto sujeitos, pois se apoiou na participação de movimentos sociais, não só em termo globais, como também na conquista por esse direito nos Estados, assim como ocorreu no sistema brasileiro (MACHADO, 1995, apud MEYLAN, 2019, p.167).

Houve grandes avanços com relação às demandas femininas, resultado da participação ativa de mulheres nos movimentos sociais. O protagonismo da mulher nas políticas habitacionais se dá pela valorização das pautas, que além de levarem em consideração a realidade das mulheres, também abarcou as demandas de grupos mais vulneráveis da sociedade. A articulação da questão de gênero a fenômenos urbanos e ao planejamento urbano, fez com que algumas cidades da Europa como Berlin e Viena realizassem projetos habitacionais voltados às mulheres e pessoas da terceira idade (SANTOS, 2021).

No Brasil a maior expressão do avanço obtido foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003 no primeiro mandato do governo Lula, que, em conjunto com a sociedade civil definiu diversos temas e objetivos para a criação e implementação de políticas para as mulheres, políticas essas transversais a outras políticas e pastas do governo (SUMI, 2018 apud SANTOS, 2021).

Logo,

a participação da mulher no espaço público exige do Estado uma contrapartida em relação à criação e manutenção de uma infraestrutura de acesso com qualidade a creches, escolas, saúde e habitação. A disponibilização de tais serviços atua como suporte nas tarefas cotidianas, principalmente entre as mulheres pobres que precisam garantir o sustento da família (ROSA, 2010, p.2).

No que concerne à moradia, o “Programa Minha Casa, Minha Vida” foi instituído pela Lei nº 11.977/2009, e em 2012 através da Medida Provisória nº 561, concedeu à mulher, em casos de dissolução de união estável ou divórcio, a titularidade do imóvel. Entretanto,

antes mesmo do Programa “Minha Casa, Minha Vida” outros programas habitacionais de interesse social, como por exemplo a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), já haviam priorizado a mulher na titularidade das casas. Na gestão de Mario Covas (1995-2001) as mulheres passaram a ter prioridade na titularidade do imóvel devido a menor propensão de abandono do lar (AQUINO, 2015).

Segundo Rosa (2010) a inclusão da categoria de gênero nas políticas públicas:

permite um melhor entendimento das necessidades de homens e mulheres e consequentemente melhores condições de atendê-las. Assim, considerar questões de gênero possibilita um entendimento mais abrangente e complexo sobre como a sociedade é estruturada (p.2).

Para Santos (2021), para além da questão de gênero, as questões de raça e classe também influenciam de forma significativa a realidade urbana e devem estar presentes na formulação de políticas públicas, especialmente a política habitacional. Diante disso, sempre haverá um sujeito mais sensível às crises cíclicas do capital, que no Brasil se apresenta por meio da negação dos direitos básicos e essenciais, sendo o mais propício a experimentar a pobreza. Tal contexto apresentado está presente de forma majoritária na realidade da mulher negra, e que apesar de reconhecida a necessidade, não houve avanço.

Compreende-se que ainda existe uma lacuna entre o debate de gênero, a questão do direito à cidade e do direito à moradia. É de suma importância que haja maior esforço para findar esse distanciamento que ainda separa esses campos.

### 3. A FORMAÇÃO DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Neste capítulo, o objetivo é compreender o processo de estruturação urbana do município de Campos dos Goytacazes e as produções e reproduções das desigualdades sociais, destacando um dos maiores programas habitacionais de interesse social, o “Morar Feliz”.

Ressalto que, ao mencionarmos a formação da cidade de Campos, compreendemos que isto envolve não apenas sua dimensão físico-territorial, mas também as suas relações sociais e sua construção sócio histórica, que condicionaram os pobres a um determinado lugar no espaço na cidade.

#### 3.1. Contextualizando o município de Campos dos Goytacazes/RJ e o subdistrito de Guarus

O município de Campos dos Goytacazes (Mapa 1) está localizado na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, possui uma população estimada de 514.643 habitantes, onde cerca de 90,3% residem nas áreas urbanas da cidade. O município se estende por 4.032,487 km<sup>2</sup> e possui uma densidade demográfica de 115,16 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2021).

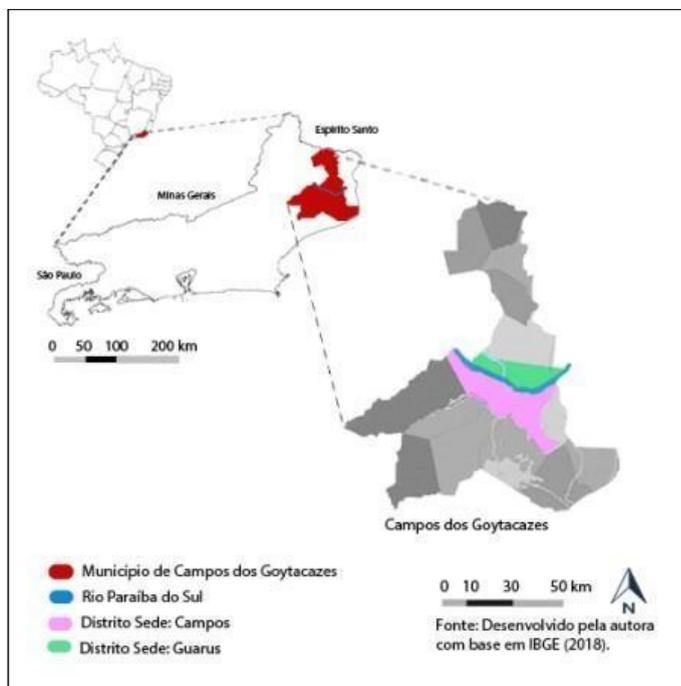
O município possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) de 0,716, considerado de “alto desenvolvimento humano” pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) ocupando a 37<sup>a</sup> posição em relação aos demais municípios fluminenses e a 1427<sup>a</sup> posição em relação a outros municípios brasileiros.

Constituem o município 14 distritos, sendo o distrito sede dividido em duas partes, em virtude da passagem do Rio Paraíba do Sul, sendo eles Campos (1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> subdistritos) e Guarus (3<sup>o</sup> subdistrito)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Em 1967, Guarus havia sido incorporado ao 1<sup>o</sup> distrito da cidade, entretanto alguns anos após tornou-se subdistrito. De acordo com Siqueira e Alvarenga (2019), essa mudança gera diversas discussões até hoje, tendo em vista que a área possui um grande contingente populacional, cerca de 29% da população de toda a cidade.

**Mapa 1:** Localização geográfica do município de Campos dos Goytacazes e do distrito sede.



Fonte: Siqueira; Alvarenga (2019).

Com relação a formação do território de Campos dos Goytacazes, a mesma se inicia a partir da invasão dos “sete capitães” portugueses na região em torno de 1627, que nesse momento desconsiderou os territórios habitados pelos índios *Goytacá* (habitavam a margem sul do Rio Paraíba do Sul) e índios *Guarulhos* (habitavam a margem norte do Rio Paraíba do Sul, atual Guarus), que antes ali, já estavam estabelecidos com sua própria lógica e estrutura, mas que foram dizimados e “domesticados” com a instalação portuguesa (RODRIGUES, 2016).

Pertenceu à capitania de São Tomé, doada a Pero de Góes da Silveira, originando-se da Vila de São Salvador (atual centro histórico de Campos), sendo a primeira da região a ser idealizada, se desenvolvendo enquanto espaço urbano a partir da conexão com o espaço rural (MENDES, 2015).

O mapa a seguir (Mapa 2) produzido entre o final do século XVIII e início do século XIX, retrata Campos dos Goytacazes ainda na posição de vila, indicando segundo Chrysostomo (2017), dois importantes movimentos:

a afirmação do poder da vila de Campos junto às demais áreas e a maior capacidade de esquadramento dos terrenos que circunscreviam a vasta região. Encontramos isso expresso na primeira planta que reproduzimos de maneira quase fidedigna. Nesta, destacamos o número total de quadras, o total de casas e distinção de sua tipologia, os locais precisos onde havia as enchentes,

assim como as lagoas. Indica-se, também, a permanência dos conflitos fundiários, aquilo que foi durante séculos um imbróglgio envolvendo os padres beneditinos, Câmara e proprietários de terra sobre a propriedade do terreno onde estava instalada a vila de Campos. Ao fazer menção às construções de casas feitas por um tal de Furtado e possíveis conflitos entre os Beneditos, Câmara e Vice-Rei, ele sinaliza, por fim, o aperfeiçoamento dos processos de mapeamento como meio de auxiliar os conflitos fundiários ainda presentes (p.14).

**Mapa 2:** Mapa cartográfico da Vila de São Salvador datado do final do século XVIII



Fonte: Mapa de autor desconhecido. Chrysostomo (2017).

A economia do município sempre foi pautada pela pecuária, e principalmente pela produção de cana-de-açúcar. A partir do final da década de 1760 se deu o grande desenvolvimento da produção açucareira campista, e este sucesso também foi impulsionado em 1790 devido a Revolução Haitiana, que derrubou o mercado açucareiro internacional (MARINHO, 2018).

Campos sempre ocupou um lugar de relevância em toda região Norte e Noroeste fluminense, e devido a sua importância econômica e política, elevou-se a categoria de cidade em 1835. E, dentro da hierarquia do principiante contexto urbano da região Norte Fluminense, o município se apresentava como um predominante centro urbano, sendo o

principal polo das atividades comerciais que atendiam aos interesses de integração com a capital (FARIA, 2005).

Segundo Ribeiro (2012), o crescimento da indústria açucareira, aliado ao progresso da comercialização de outros produtos como o café, não fez apenas destacar a economia da região, mas também, o cenário escravocrata devido a quantidade de mão de obra negra existente na época. Para o funcionamento das grandes fazendas de café e das usinas de cana de açúcar, Campos chegou a ter o maior número de escravos da província do Rio de Janeiro.

De acordo com a historiadora, baseado nos escritos de Teixeira de Mello, o município em 1880 tinha uma população de 91.880 habitantes, sendo que destes, 35.668 eram escravos e 10.266 ingênuos<sup>11</sup>.

É importante ressaltar, que a cidade foi a última no Brasil a acatar a abolição da escravidão no século XIX. Na época, os ultraconservadores barões da cana enfrentaram uma grande resistência, liderada por José do Patrocínio o “Tigre da Abolição” e pelo jornalista José Carlos de Lacerda, onde ambos dirigiam a Sociedade Campista Emancipadora (RIBEIRO, 2012).

Com a intensa movimentação no comércio local, Campos passou a contar com a presença de grandes companhias de seguros, melhorias urbanas e agentes de créditos, assim como a usufruir de diversos serviços como saneamento, transportes, correios e telégrafos, incentivados pela elite local com o objetivo de passar o ar de modernidade (MENDES, 2015).

Segundo Alvarenga (2020), o núcleo urbano de Campos se consolidou a partir da Praça São Salvador, onde encontravam-se as principais edificações da cidade, como a Igreja Matriz, o Paço Municipal, a Santa Casa de Misericórdia e as pomposas residências de fazendeiros e alguns comerciantes, construídas de frente para o rio, fazendo com que a formação das ruas da cidade fosse limitada pelo traçado do Rio Paraíba do Sul e pelas lagoas existentes.

Na virada do século XIX, Campos já possuía uma população de mais de 100.000 habitantes, ocupando o 4º lugar no ranking nacional. Nesse mesmo período, o tecido urbano sofreu grande expansão por meio da ocupação da área central, pelas finas casas comerciais e residenciais, e do alargamento dos subúrbios, pela ocupação dos trabalhadores empobrecidos (MENDES, 2015, p.98).

---

<sup>11</sup> Ingênuos são crianças livres nascidas de mães escravas após a Lei do Ventre Livre de 1871.

Ainda no final do século XIX, por pressão popular e devido a necessidade de comunicação entre as áreas da cidade, foi construída sobre o Rio Paraíba do Sul a ponte

Barcelos Martins, considerada um marco significativo no crescimento da área urbana da margem norte do Rio (Guarus). Anteriormente, a expansão da cidade ocorria apenas na margem sul (Centro), não atingindo a margem oposta, situação esta, que foi mudada com a implementação da ponte e da linha férrea (ALVARENGA, 2020).

**Figura 3:** Ponte Barcelos Martins sobre o Rio Paraíba do Sul.



Fonte: <http://institutohistoriar.blogspot.com/2008/11/maquiagem-da-histria.html>

Entretanto, a expansão e o desenvolvimento urbano de Campos ocorreram em ambientes desfavoráveis, como em áreas alagadiças, pântanos e brejos, estando constantemente suscetível a enchentes (MENDES, 2015).

As condições de vida e de habitat da grande massa de trabalhadores urbanos empobrecidos, formada fundamentalmente por famílias que ocupavam pequenas propriedades, posseiros e escravos libertos, eram considerados particularmente ruins. Era uma situação que não podia se perpetuar, pois, ia de encontro aos ideais da nação que se pretendia construir (MENDES, 2015, p.98).

Em 1902, foi elaborado um plano urbanístico pelo engenheiro Saturnino Brito, de forte cunho sanitarista por sinal, que tinha como objetivo intervir e avaliar toda a cidade,

não apenas em questões ligadas a salubridade, mas também a conceitos estéticos e econômicos, impondo a população novas formas de utilização dos espaços. Todas as questões ligadas aos mais pobres eram consideradas desordem. (ALVARENGA, 2020).

É importante salientar que, a partir da elaboração e implementação do plano de Saturnino Brito, Guarus (ainda chamada Guarulhos na época) passou a ser pensado como parte do perímetro urbano de Campos.

Segundo Faria (2005), este é o período em que surge a questão da diferenciação socioespacial de Campos dos Goytacazes. É a partir deste momento que se iniciou a valorização da região central da cidade e a desvalorização das regiões periféricas, que eram locais ocupados principalmente pela população empobrecida que não tinha condições de se manter na área central, como é o caso de Guarus. Esses locais também foram escolhidos para a construção de presídios, cemitérios, matadouros, hospitais especializados em doenças contagiosas (tuberculose, por exemplo), etc.

As principais atividades produtivas, ligadas ao setor pecuarista e açucareiro, responsáveis pela estrutura econômica e social desiguais, pela concentração de renda e surgimento de populações periféricas na cidade, perduraram até a década de 1970. No início dos anos de 1980, o processo de favelização passa a fazer parte da realidade de Campos, evidenciado pela falência das usinas de cana-de-açúcar e pelos inevitáveis conflitos provenientes da expansão urbana insuficiente (FARIA, 2005).

Na década de 1970, inicia-se a exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos e o município passou a ser beneficiado com recursos públicos destinados à essas atividades, dando novamente protagonismo a região Norte Fluminense. O município foi responsável por aproximadamente 80% da produção nacional de óleo e gás em 2013, passando a receber parte dos royalties provenientes da extração do petróleo regional<sup>12</sup> (REGO, 2017).

Entretanto, segundo Cruz (2004), mesmo com estas favoráveis características econômicas, o Norte Fluminense, em especial a cidade de Campos dos Goytacazes, é a que possui o menor desenvolvimento no país quando consideramos questões relacionadas a desigualdades de renda, qualidade de vida, níveis e condições de pobreza, empregabilidade, etc. Atestando que, crescer economicamente não significa

---

<sup>12</sup> De acordo com Roberto Moraes, as quotas mensais dos royalties do petróleo repassadas ao município de Campos dos Goytacazes, teve uma queda de 30,5% no ano de 2020.

pleno desenvolvimento humano e social.

Ainda de acordo com Cruz (2004), os investimentos em políticas públicas, sociais e urbanas a partir do recebimento dos royalties, bem como a instalação de empresas petrolíferas na região, formaram um mercado de trabalho que necessitava de mão de obra qualificada. Sendo assim, Campos acabou se tornando um grande polo educacional, onde atualmente conta com quatro instituições públicas de ensino superior, sendo três federais e uma estadual (UFF, IFF, UFRRJ e UENF), além de diversas instituições privadas de ensino superior e formação técnica.

Entretanto, o mercado de trabalho que se formava tendia a não acolher a população empobrecida. Devido à crise da economia açucareira na cidade e a chegada de grandes empresas ligadas ao ramo do petróleo, o mercado de trabalho foi impulsionado e a mão de obra qualificada passou a ser requisitada, proporcionando um cenário de instabilidade e desproteção, principalmente no que se refere às oportunidades de emprego, tendo em vista que, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que migraram de zonas rurais foram direcionados para postos de trabalho informais, precários e sem vínculos empregatícios, aumentando ainda mais os índices de pobreza no município, pois, os mesmos não se adequavam ao perfil dos novos setores (REGO, 2017).

Os conhecidos “biscates”, a construção civil e o serviço doméstico tornaram-se a saída de muitas famílias, que inclusive, residem nas áreas periféricas da cidade. Ou seja, além da informalidade há a restrição dos direitos básicos ligados à urbanização.

Sendo assim, ao longo das últimas décadas ocorreram poucas mudanças na dinâmica da cidade. Campos continua sendo marcada pelas desigualdades socioespaciais e pela dualidade centro-periferia, originadas de sua formação sócio-histórica. E essa lógica foi reforçada com a construção dos conjuntos habitacionais do programa “Morar Feliz”, tratado na próxima seção, que foram pensados no sentido de “solucionar” problemas sociais existentes na cidade, mas na verdade foram ainda mais agravados.

### 3.2. O Programa “Morar Feliz” e a experiência de Campos dos Goytacazes no segmento habitacional

Até a criação do programa “Morar Feliz”, diversos programas habitacionais foram

desenvolvidos no município. Na década de 1960, aconteceram algumas ações pontuais realizadas pela Companhia Estadual de Habitação (Cehab), que era financiada pelo Governo Federal por meio do BNH, no qual entregou em Campos cerca de quatro conjuntos habitacionais, com 1.186 moradias, destinados a famílias com renda de até cinco salários mínimos da época. Para as famílias com renda superior a cinco salários mínimos foram construídos oito conjuntos habitacionais, que totalizavam 2.369 casas (DUTRA, 2015).

A partir da Constituição Federal de 1988, as políticas brasileiras passaram a ser descentralizadas, ou seja, as tomadas de decisão sobre as esferas financeiras, administrativas e programáticas foram passadas aos municípios e órgãos locais, atribuindo a essas estruturas, maior autonomia e responsabilidade com questões sociais (FALCÃO, 2015).

Nesse contexto, a questão habitacional passou a cargo de Estados e Municípios, sendo estes responsáveis em criar e gerir seus próprios programas habitacionais. Assim, o processo de descentralização política foi uma mola propulsora para o surgimento de diversos programas municipais de habitação social no Brasil, inclusive em Campos dos Goytacazes, que, desde então, vem elaborando ações para o enfrentamento da problemática habitacional, por meio de programas, dentre os quais se destaca o Morar Feliz [...] (FALCÃO, 2015, p.47).

Em 1989, a descentralização de políticas públicas habitacionais começa a ocorrer, passando a ser de responsabilidade da Secretaria de Obras e Urbanismo (DUARTE, 2008)<sup>13</sup> no município.

Em 1990 são promulgadas a Lei Orgânica do Município e o Plano Diretor, com o objetivo de atender aos preceitos da Constituição e então receber recursos. De acordo com o artigo 170 do capítulo III que trata da política urbana, presente na Lei Orgânica do Município:

(...) a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, atenderá às funções sociais da cidade, compreendidas estas como o direito de todo o cidadão de acesso à moradia, transporte público, saneamento básico, energia elétrica, gás canalizado, abastecimento, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, água potável, coleta de lixo, drenagem das vias de circulação, segurança e preservação do patrimônio ambiental e

---

<sup>13</sup> Logo surgiram outros programas como o “Pode entrar que a casa é sua” (1989); “Vale construção” (1991); “Cada família tem seu lote” (1991); “SOS habitação” (1993); “Comunidade Legal” (2000) e “Casa Nova” (2007). Vale ressaltar que, no caso de Campos dos Goytacazes, boa parte dos programas habitacionais de interesse social foram criados e construídos com apoio dos royalties do petróleo.

cultural (...) (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 1990).

O programa habitacional “Pode entrar que a casa é sua”, primeiro criado no município, ainda em 1989, com o objetivo de atender famílias vulnerabilizadas que tinham renda de até três salários mínimos, utilizando recursos próprios e realizando parcerias com o Governo Estadual e Governo Federal, entregou 1.839 casas, entre 1990 a 2008, distribuídas em diferentes bairros (DUARTE, 2008).

**Tabela 2:** Casas populares entregues no Município de Campos entre 1990 e 2008. (Programa Pode Entrar que a Casa é Sua).

<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>NÚMERO DE CASAS</b>
1990	Esplanada	90
1990	Morro do Côco	59
2001	Eldorado	248
2004	Aldeia	300
2004	Novo Eldorado	269
2005	Chatuba do Carvão	300
2005	“Atrás do asilo”	9
2005	Rio Preto	26
2007	Três Vendas	29
2007	Travessão	46
2008	Matadouro	46
2008	Parque Rio Branco (Dos Nogueira/ HGG)	300
2008	Santa Helena	117
<b>Total: 1.839</b>		

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social (SMDPS) e Empresa Municipal de Habitação (EMHAB), 2007. DUARTE, 2008, p.62.

Em 1990, no governo de Anthony Garotinho, foi criado o Departamento de Habitação Popular e Assuntos Fundiários (DHPAF), sendo o primeiro órgão destinado a tratar da questão habitacional no município, e em 1991, o município cria a Empresa Municipal de Habitação e Saneamento (EMHAB) a partir da Lei nº 5.172.

Ainda em 1991, foram lançados os programas “Vale construção” e “Cada família tem seu lote”. O primeiro programa tinha a finalidade de atender casos emergenciais com a doação de materiais de construção a famílias com renda de até um salário mínimo. Já o segundo, buscou atender famílias com renda de até três salários mínimos, por meio de doação de lotes urbanizados. De acordo com Póvoa (2002):

(...) na Terra Prometida, localizada no distrito industrial da Codin, em área desapropriada pela Prefeitura, a proposta inicial era a doação de lotes urbanizados e de material de construção para cerca de 360 famílias, selecionadas pelo Departamento de Habitação, e que deveriam construir suas casas através de mutirão. Segundo a Presidente da EMHAB à época, a proposta inicial foi modificada em virtude da pressa política, já que este era o último ano do mandato do prefeito. Assim, não houve doação de material de construção e nem mutirão, tendo a Prefeitura contratado uma empreiteira para construir casas de 1 cômodo com banheiro. No total foram construídas cerca de 80 casas de um cômodo e sem banheiro (p.73).

Além disso, o local escolhido não tinha qualquer infraestrutura básica, e rapidamente passou a ser conhecido pejorativamente como favela pelos demais municípios.

Segundo Dutra (2015), é possível perceber que os programas habitacionais em Campos surgiam como medidas imediatas para solucionar problemas emergenciais, não sendo suficientes para a questão segregacionista desenvolvida no território.

O “SOS Habitação” surge em 1993 para atender famílias atingidas por desastres ambientais, por meio de um auxílio financeiro durante seis meses. Em 2000, temos o “Comunidade Legal” que construiu e reformou casas, bem como implementou infraestrutura em algumas favelas, como a Tamarindo e Matadouro. A Favela do Matadouro inclusive, foi contemplada na época com um conjunto habitacional que foi destinado às famílias que residiam no prédio do antigo matadouro localizado na comunidade (FALCÃO, 2015).

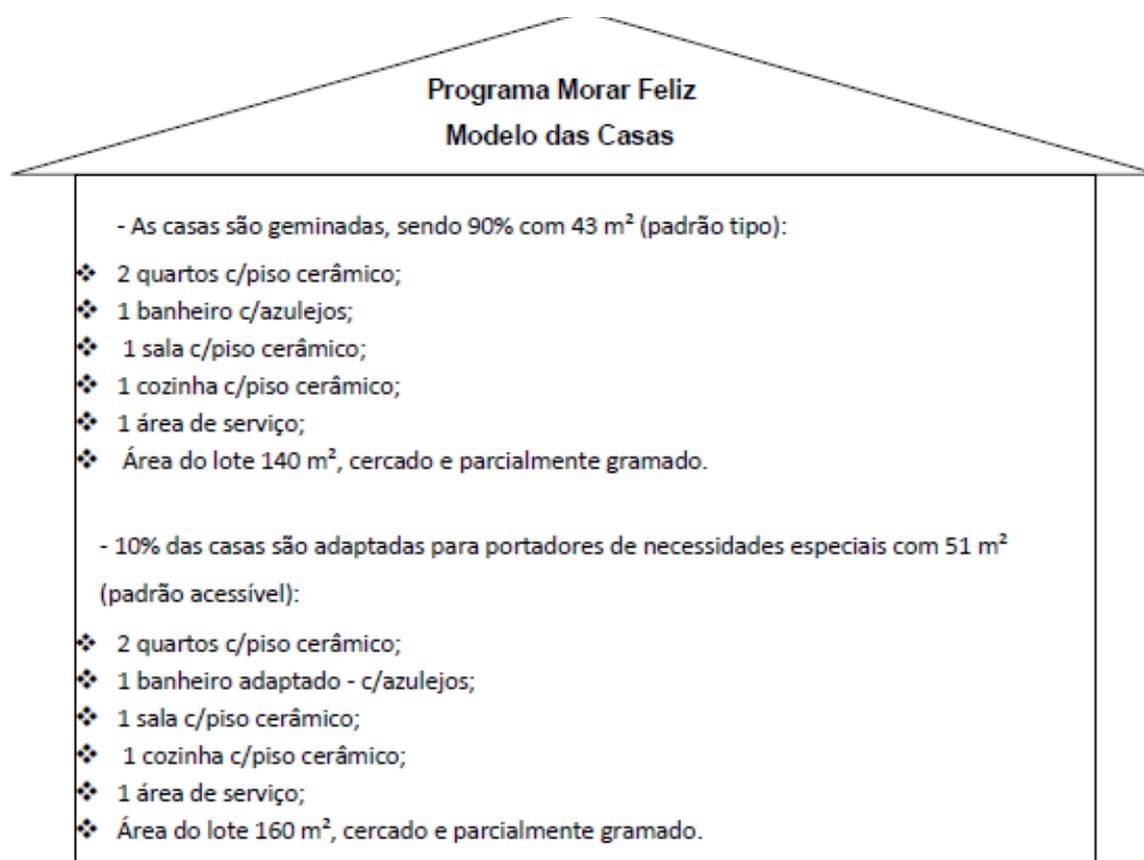
Em 2007, o poder público municipal implementou o programa “Casa Nova”, a fim de reparar residências atingidas por uma das maiores enchentes já enfrentadas pela cidade. De 2009 a 2016 surgiram outros programas, como o “Bairro Legal”, “Meu Bairro

é Show”, “SOS Aluguel Social” e o “Morar Feliz”, sendo este último, objeto de análise desta pesquisa.

Em 2009, na gestão de Rosinha Garotinho<sup>14</sup>, foi anunciado o Programa “Morar Feliz”, que visou reassentar diversas famílias em conjuntos habitacionais, e teve como meta a construção de 10 mil casas. Até o ano de 2012, o município investiu cerca de R\$ 357 milhões de reais na construção, realizada pela empresa Odebrecht, e entregou 5.426 unidades habitacionais.

No projeto, os conjuntos habitacionais contam com rede de drenagem, água e esgoto, iluminação pública, telefonia, arborização, calçadas com acessibilidade e transporte público. Com relação a estrutura das casas, podemos observar conforme apresentado na figura 4.

**Figura 4:** Detalhamento da estrutura das casas do Programa “Morar Feliz”.



Fonte: Site da Odebrecht. DUTRA, 2015, p.90.

<sup>14</sup> Rosinha Garotinho foi eleita em 2008, após uma campanha política baseada na publicidade massiva de programas estratégicos, de grandes impactos sociais e políticos.

A partir do Decreto nº 055/2011, que instituiu o programa no município, são regidos os critérios e procedimentos para concessão das casas populares construídas pelo programa. Sendo assim, de acordo com art. 3º do decreto, são priorizadas famílias que estejam ocupando moradias irregulares em áreas de risco devidamente comprovadas por laudo emitido pela Defesa Civil, que estejam socialmente vulneráveis mediante comprovação por meio de relatório socioassistencial da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social e famílias oriundas do programa SOS habitação e Aluguel Social.

Seguindo uma tendência nacional, o programa “Morar Feliz” priorizou o atendimento de mulheres e suas famílias, lhes concedendo a titularidade do imóvel popular numa perspectiva de reconhecimento dos direitos. Percebe-se que o programa possui em suas diretrizes potenciais meios de incentivar processos de empoderamento<sup>15</sup> de mulheres, tendo em vista que sua condição, muitas vezes invisível social e politicamente, passa a ter outra materialidade ao ser objetivada nos documentos de propriedade da moradia.

Deste modo, a prioridade pela mulher se dá pelas peculiaridades que a mesma possui na relação de vínculos afetivos instituídos com os demais membros da família, na responsabilidade de assegurar abrigo, da dedicação à saúde, à educação e no cuidado com o lar e com os/as filhos/as.

Para que houvesse uma distribuição adequada das moradias populares, ou seja, que as casas fossem entregues às famílias que de fato se encaixassem nos critérios, uma das premissas da prefeitura era a de que as famílias passassem por um processo de seleção para que suas condições sociais fossem analisadas.

Neste projeto de construção dos conjuntos habitacionais, ocorreu a parceria entre diversas secretarias do município, como a Secretaria de Obras que realizou a licitação e fiscalização; Defesa Civil que ficou responsável pela retirada das famílias residentes em área de risco e emissão de laudo; a EMHAB responsável pela localização das áreas para a construção dos conjuntos, e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e

---

<sup>15</sup> O termo empoderamento pode ser compreendido por meio de diferentes perspectivas, aqui, compreende-se como um termo ligado à noção de autonomia, um processo no qual os indivíduos obtêm controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos apreendem criticamente seu ambiente (HOROCHOVSKI; MEIRELES, 2007).

Social que realizou o cadastro e avaliação social das famílias através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)<sup>16</sup>.

As famílias incluídas no programa foram retiradas das supostas áreas de risco da cidade, e reassentadas em 14 conjuntos habitacionais. Ao todo, foram construídas 5.426 casas populares na primeira fase do programa, localizados em dez bairros da cidade conforme apresentado na tabela 3.

**Tabela 3:** Conjuntos Habitacionais Morar Feliz (1ª etapa)

<b>CONJUNTO</b>	<b>NÚMERO DE CASAS ENTREGUES</b>
PARQUE PRAZERES I	250
PARQUE PRAZERES II	164
NOVO ELDORADO I	348
NOVO ELDORADO II	936
NOVO ELDORADO III	140
<b>SANTA CLARA</b>	<b>598</b>
PARQUE ALDEIA	502
LAGOA DAS PEDRAS	100
TAPERA I	380
TAPERA II	418
NOVO JOCKEY	934
PENHA	370
TRAVESSÃO	100
ESPLANADA	186

<sup>16</sup> O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) responsável por oferecer serviços, programas e benefícios voltados a prevenir situações de risco e a fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

<b>TOTAL: 14 CONJUNTOS (10 BAIRROS)</b>	<b>TOTAL: 5.426 CASAS</b>
---	---------------------------

Fonte: Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS).

De acordo com Valencio (2009), o termo “área de risco” surge a fim de substituir a expressão “área carente”, com o objetivo de garantir legitimidade do Estado na desestruturação do lugar, eliminando da paisagem urbana aquele grupo indesejado. Vale ressaltar que o termo “área de risco” corrobora com os significados do termo anterior, entretanto, somam-se os componentes do ambiente natural com o propósito de problematizar o direito de morar como algo posto além da esfera sócio política.

Assim como todas as outras políticas, a política habitacional é influenciada pelo sistema de mercado. Portanto, devido à especulação imobiliária da região, a construção destes conjuntos habitacionais foi realizada em locais distantes dos centros urbanos, devido o preço das terras serem mais baixos, e claro, pautado principalmente num caráter higienista no intuito de retirar do centro urbano os que ali estavam inseridos, o que acabou distanciando esta população dos serviços básicos como saúde e educação. Isso mostra um pouco o pulsante conflito territorial que caracteriza a cidade (REGO, 2017).

Ao mesmo tempo em que o programa buscou assegurar a diversas famílias, e principalmente às mulheres condições de proprietárias e uma abertura de possibilidades ao estabelecimento de processos de estruturação da cidadania, por outro lado, evidenciou a necessidade de aprimoramentos no desenho da política, sendo possível perceber em pesquisas realizadas por outros autores sobre o programa (MENDES, CÔRTEZ, SIQUEIRA, etc) uma vez que, o que deveria solucionar um determinado problema serviu como agente catalisador do agravamento de outros problemas como a segregação dessas famílias, os altos índices de violência nesses territórios, o não acesso pleno à cidade e ausência de serviços públicos essenciais à vida.

Essa dificuldade dos cidadãos em relação ao acesso aos serviços públicos de educação, de saúde, de saneamento, em especial, à mobilidade, seja ela para o trabalho, seja ela para o lazer ou, ainda, para o acesso a outras áreas da cidade, como o comércio, bem como o agravamento da violência, provoca uma reflexão que Maricato (2006) enuncia como sendo uma exclusão plena da população da periferia ou melhor dizendo da “não cidade”.

### 3.3. O conjunto habitacional “Recanto da Bíblia” no Parque Santa Clara

O conjunto habitacional “Recanto da Bíblia” foi edificado no quadro do Programa “Morar Feliz” (PMF), executado pelo município de Campos dos Goytacazes na sua primeira fase, entre os anos de 2010 a 2012. Nesse período foram construídas 598 casas distribuídas em 25 ruas do bairro Parque Santa Clara, localizado no subdistrito de Guarus.

O conjunto habitacional foi nomeado como “Recanto da Bíblia” pela própria Prefeitura Municipal de Campos. Por meio do Projeto Viver Feliz, coordenado à época pela Sra. Linda Mara Silva. As ruas dos conjuntos foram nomeadas em 2015. Entre os nomes escolhidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, responsável pela empreitada, estiveram Ezequiel, Moisés, Ester, Rei Davi, Profeta

**Figura 5:** Foto da Rua Profeta Ezequiel no Conjunto Habitacional “Recanto da Bíblia”. Salomão, Abraão, Isaac, dentre outros.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes.

Para implementar os nomes das ruas dos loteamentos do Morar Feliz, a então prefeita Rosinha Garotinho sancionou a Lei Ordinária nº 8502/2013, aprovada pela Câmara de Vereadores. Ironicamente o termo “recanto” corresponde a um lugar afastado, a um lugar escondido. Uma expressão que permite relacionar a distância das moradias

populares de áreas consideradas privilegiadas na cidade.

É importante ressaltar que a família Garotinho sempre esteve intimamente ligada às igrejas evangélicas. Faz parte de sua estratégia política, evangelizar as campanhas e as políticas e programas municipais. Segundo Fonseca (2004) foi construída uma estrutura paralela dentro da comunidade evangélica, e a família possui certo poder sobre a mídia, em especial o rádio, ponto central nessa construção.

Na figura 5 podemos observar o Conjunto Habitacional “Recanto da Bíblia” ao lado direito, que possui uma área total composta por 17 quadras, distribuídas em 25 ruas e duas avenidas. Ao lado esquerdo, temos o Condomínio Terra Nova, um condomínio fechado de casas financiadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, composto por 468 casas, inaugurado em 2014.

Como consta no art. 5º do decreto que institui o Programa “Morar Feliz”, é vedada qualquer modificação na estrutura das casas, bem como a venda, locação, comodato ou qualquer outra forma que implique na transferência do imóvel a outrem. Entretanto, é possível observar, no conjunto, diversas casas com suas fachadas modificadas e outras adaptações, como acréscimos de cômodos, inclusive construções de segundo andar, assim como também há placas de anúncio de venda nos imóveis.

Boa parte das modificações observadas, foram feitas na frente da casa (garagem) para a instalação de pequenos comércios, tendo em vista que no bairro não havia a presença de mercados, farmácias, padarias, etc.

**Figura 6:** Foto panorâmica do Conjunto Habitacional “Recanto da Bíblia”.



Fonte: Google Maps (2022).

Antes mesmo da chegada do conjunto ao bairro Parque Santa Clara, o mesmo já apresentava diversos problemas, tanto na oferta de serviços públicos quanto na sua infraestrutura, que estão sendo implementados pela prefeitura aos poucos.

Como citado anteriormente, o subdistrito de Guarus e seus bairros sempre foram deixados em segundo plano com relação a investimentos, se comparado a região central do município, o que segundo Alvarenga (2020), acaba gerando diferenciações e desigualdades entre as regiões da cidade e afetando diretamente os habitantes que possuem menor atenção do poder público municipal.

De acordo com Soares (2018), o Programa Morar Feliz contribuiu significativamente na redefinição de áreas tidas como violentas e nas novas formas de caracterizar as favelas e esses novos territórios como “problemas da cidade”.

Após a chegada dos moradores ao conjunto, muitos boatos se espalharam, boatos estes ligados a crimes que estariam ocorrendo especificamente naquela área, como estupros, assaltos, tráfico de drogas, desovas, etc.

Infelizmente, muitos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz, não só o “Recanto da Bíblia”, sofrem com a disputa de território entre facções rivais. Atualmente a facção que controla o tráfico de drogas no “Recanto da Bíblia” é a Amigos dos Amigos (ADA).

O “outro lado” do rio, onde está localizado o conjunto, é intrinsecamente associado pela população campista à violência urbana e ao “mundo do crime”, muito antes da implementação do Morar Feliz na região.

#### 3.4. As narrativas e percepções das protagonistas deste estudo sobre residir no conjunto "Recanto da Bíblia"

Diante das problematizações realizadas até aqui, pretende-se com o presente item alcançar dois propósitos desta pesquisa. O primeiro é compreender por meio das entrevistas, a influência do conjunto habitacional “Recanto da Bíblia” no acesso a políticas e serviços essenciais à vida e as percepções sobre o local de moradia, sob a ótica de mulheres empobrecidas, chefes de famílias monoparentais. O segundo é identificar as estratégias utilizadas por elas, enquanto mulheres mães, para conciliar trabalho e cuidado com os filhos, morando em um local que apresenta tantas adversidades cotidianas.

Como mencionado na pesquisa, as entrevistas foram realizadas por meio do aplicativo *Whatsapp*, com cinco mulheres chefes de família monoparental feminina, residentes do Conjunto Habitacional “Recanto da Bíblia”. No decorrer da análise, elas serão identificadas como moradora 1, 2, 3, 4 e 5, tendo em vista que houve o comprometimento da preservação de suas identidades e as suas privacidades, de acordo com o que é estabelecido pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

No primeiro momento buscou-se identificar o perfil das entrevistadas por meio da idade, raça/etnia, e os filhos recebiam algum benefício assistencial e/ou pensão paterna e se eram titulares ou não dos imóveis. Na tabela abaixo, está descrito o perfil de cada entrevistada.

**Tabela 4:** Perfil das entrevistadas.

<b>Entrevistadas</b>	<b>Idade</b>	<b>Raça/Etnia</b>	<b>Recebe algum benefício assistencial?</b>	<b>Recebe pensão paterna?</b>	<b>Titular do imóvel?</b>
Moradora 1	56 anos	Negra	Sim, PBF	Não	Sim
Moradora 2	35 anos	Negra	Sim, PBF	Sim	Não
Moradora 3	26 anos	Negra	Não	Não	Não
Moradora 4	29 anos	Branca	Sim, PBF	Sim	Não
Moradora 5	32 anos	Parda	Não	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria.

Após isso, pedi para que falassem uma qualidade pessoal. Para além de apresenta-las, a intenção de perguntar sobre a qualidade pessoal também foi no sentido de compreender como elas se percebem, se enxergam.

A primeira entrevistada, a moradora 1, tem 56 anos, é titular do imóvel, se declarou negra, viúva há 15 anos e mãe de quatro filhos já adultos, dos quais dois residem com ela. Iniciamos a conversa de forma descontraída por áudio, e após me apresentar e explicar os objetivos da pesquisa, perguntei se ela era beneficiária de algum programa social, e prontamente me informou que sim, o Bolsa Família, que segundo ela ajuda muito na complementação da renda da família, já que um de seus filhos está desempregado, o outro trabalha em uma oficina de motos e ela realiza faxinas. Quando solicitei que falasse uma qualidade sua, ela respondeu:

*Me considero uma pessoa muito forte.... Já passei por muita coisa, muita situação ruim, dificuldade... e o momento mais difícil foi quando o pai das crianças morreu, “passamo” muita necessidade, mas eu não fugi da luta não, levantei a cabeça por mim e pelos meus filhos, porque ninguém ia fazer isso por mim (MORADORA 1).*

A moradora 2, também negra e beneficiária do Programa Bolsa Família, é solteira, tem 35 anos, trabalha como empregada doméstica e é mãe de dois filhos (uma menina de 16 e um menino de 9 anos) os quais recebem uma pensão no valor de R\$ 300,00. Sobre a casa, relatou não ser a titular. O imóvel seria de uma prima que, após mudar-se para outro município, cedeu a casa para que ela pudesse morar com os filhos. Quando perguntada sobre uma qualidade sua, respondeu que não possuía nenhuma para apontar.

A terceira moradora é negra, solteira, tem 26 anos, mãe de um menino de 4 anos, trabalha como vendedora em uma loja no Centro de Campos e disse não receber nenhum benefício assistencial. Seu filho também não recebe pensão. Com ela e seu filho, também mora sua mãe, que é a titular da casa. Sobre uma qualidade ela respondeu: *“me considero uma super mãe, amo meu filho mais que tudo nessa vida, mato e morro por ele. Faço a minha luta valer a pena porque ele só tem eu.”* (MORADORA 3)

A moradora 4 é branca, tem 29 anos, trabalha como manicure, solteira, mãe de três filhos (a filha mais velha, de 14 anos, reside com os avós e os outros dois menores, de 6 e 2 anos moram com ela). Recebe o Bolsa Família e uma pensão de R\$ 200,00 do filho de 6 anos, e não é a titular do imóvel. Quando foi solicitado que falasse uma qualidade pessoal, respondeu: *“Sei lá...me acho meio calada, meio na minha. Acho que aprendi a ser assim.”* (MORADORA 4)

A última entrevistada, moradora 5, é parda, solteira, tem 32 anos, mãe de duas meninas de 10 e 7 anos, trabalha como técnica de enfermagem e é a titular do imóvel. Sobre uma qualidade, respondeu:

*Hoje me considero uma pessoa feliz, alegre. O pessoal do hospital até brinca comigo, me chamando de miss simpatia. Mas tem que ser né!? Não tenho mais tempo pra tristeza, deixei isso pra trás quando decidi largar o pai das minhas meninas. Depois que me resolvi, muita coisa boa aconteceu comigo, só andei pra frente. Até estudar eu voltei, menina! Fui parar no Iff aqui de Guarus onde fiz meu técnico, nunca na minha vida imaginei que eu ia conseguir uma coisa dessa (risos). Mas Deus só dá vitória!* (MORADORA 5).

No segundo momento da entrevista, foi solicitado que elas falassem um pouco sobre as suas histórias de moradia: seu bairro de origem e como eram suas vidas antes de morar no Conjunto “Recanto da Bíblia”, e o que a mudança de moradia significou para elas. A partir desta percepção buscou-se compreender o entendimento das entrevistadas sobre a representação do novo território e da nova casa.

Sobre as características das moradias anteriores, apenas a moradora 2 morava de aluguel, as outras entrevistadas residiam em casa própria. Das cinco entrevistadas, quatro residiam anteriormente na localidade de Ururaí (moradoras 1, 2, 3 e 5) e uma na favela Margem da Linha (moradora 4), ambas consideradas pelo poder público “áreas de risco”. Ururaí é conhecida por ser uma localidade com diversas ocorrências de enchentes no município, enquanto a favela Margem da Linha é localizada às margens da BR 101, sendo cenário de muitos acidentes.

Foi possível observar nas falas das quatro entrevistadas que residiam em Ururaí, menções sobre a estrutura dos antigos imóveis, que sofreram muitos danos devido as enchentes, além da tristeza por perder seus bens materiais (móveis, eletrodomésticos, etc). Já a moradora 4 lembrou alguns acidentes graves que presenciou, como o atropelamento de algumas crianças.

Entretanto, mesmo diante dessas tristes questões, as entrevistadas também salientaram pontos positivos sobre seus antigos locais de moradia, como uma maior oferta de serviços, como transporte público e comércios (mercados, padarias e farmácias) que eram próximas às suas casas.

Com relação ao significado da mudança de moradia, todas as moradoras apontaram dificuldades, portanto, destaco algumas falas: *“No início foi estranho. É muito diferente você sair de um lugar que você morou há anos, já tá acostumada e ir pra outro canto. Senti muito porque eu criei meus filhos desde pequenos lá.” (MORADORA 1).*

A moradora 5 afirma: *“A casa até que é boa, mas eu não gosto do lugar. Quando eu cheguei aqui, pensei em voltar atrás. Fiquei preocupada, minha filha mais velha era bebê logo quando chegamos aqui, fiquei imaginando como seria criar ela aqui.” (MORADORA 5).*

Sendo assim, ficou evidente nas falas o problema com a adaptação, principalmente por conta da localização e a mistura de pessoas de outros bairros e localidades no conjunto. O preconceito e a discriminação com o local, foi outra questão

trazida pelas entrevistadas.

Segundo Dutra (2015), a adaptação nesse processo de migração, que para a autora prejudica o sujeito que está sendo desterritorializado, gera certo estranhamento, tendo em vista que o território contém muitos elementos representativos da vida cotidiana que manifestam a identidade dessas pessoas.

No terceiro momento da entrevista, as entrevistadas foram questionadas sobre possíveis problemas identificados por elas no conjunto, destacando os principais.

As entrevistadas fizeram muitas reclamações relacionadas ao distanciamento dos serviços como escolas, postos de saúde, equipamentos da assistência social, falta de transporte público, violência e ausência de coleta de lixo regular. Como já mencionado anteriormente, essa realidade leva as pessoas a empregarem estratégias para que consigam acessar alguns serviços e as áreas centrais da cidade.

*Eu fui uma das primeiras a vir pra cá, isso aqui era tudo mato, não tinha nada aqui. Todo mundo falava que pra cá era canto de desova, que tinha muito assalto, que era isso e aquilo. Com o tempo foi melhorando algumas coisas... o Terra Nova chegou aqui do lado, aí começaram a fazer umas lojinhas ali e aqui. Depois veio o outro condomínio, o shopping, mas mesmo assim até hoje a gente não tem ônibus que passe aqui, nem van. Se quiser resolver alguma coisa no Centro, tem que andar quase 30 minutos até o ponto pra pegar um ônibus ou ir de bicicleta mesmo. (MORADORA 1).*

*“O lixo me incomoda um pouco. Tem dia que a entrada daqui das “casinhas” tá um horror, muito lixo espalhado, aí enche de cachorro, aparece cavalo solto. Parece que esquecem daqui mesmo.” (MORADORA 3).*

*“Problema foi quando eu peguei a casa, porque todas foram entregues sem muro. Só pra fazer um muro aqui eu gastei um dinheirão sem poder. Na época a gente vivia de ajuda dos outros.” (MORADORA 5).*

A questão da violência também foi muito apontada, e que ocorre de forma intensa no conjunto. Resultado do agrupamento de moradores que anteriormente residiam em bairros dominados por facções rivais, o que acabou gerando uma luta constante pela dominação do território.

*“Eu acho que o problema maior aqui é violência né. Aqui tem dia que é um inferno. Muito tiro, toda semana é um que amanhece morto.” (MORADORA 4).*

Em seguida foram citados alguns serviços públicos para identificar se há ou não a presença dos mesmos no conjunto. Com relação ao comércio, não há dentro do conjunto uma rede comercial básica, exceto os pequenos comércios abertos pelos próprios

moradores em suas casas e de outros moradores do entorno. Em 2019 foi inaugurado o Guarus Plaza Shopping, localizado na Avenida Senador José Carlos Pereira Pinto, a principal avenida do subdistrito de Guarus, que fica localizado há uns 800 metros do conjunto habitacional. Após a inauguração do shopping houve um efeito cascata na abertura de novos comércios no entorno, como hipermercados, postos de gasolina, bem como foram realizados alguns investimentos pelo poder público municipal, como reformas no Hospital Geral de Guarus (HGG), a transformação do lixão a céu aberto da entrada do bairro Parque Prazeres que ficava exatamente em frente a uma das entradas para acesso ao estacionamento do shopping, em um Ponto de Entrega Voluntária de Entulhos (PVE) popularmente chamado de “Entulhódromo” e o recapeamento do asfalto da Estrada Santa Rosa, que curiosamente foi feito apenas até o Condomínio Terra Nova, não chegando até o conjunto.

Sobre escolas públicas, no interior do conjunto não há, existem apenas três escolas na proximidade. Em setembro de 2016 foi inaugurada a Creche Modelo do Parque Santa Clara com capacidade para 120 alunos em tempo integral, que está localizada em frente ao conjunto, tendo em vista que, com a chegada dos novos moradores, a demanda da Creche Escola Francisco Alves Dias, que funciona até hoje em uma casa alugada em um bairro próximo, quase que dobrou.

Uma moradora mencionou: *“Desde a inauguração eles falavam que iam fazer uma escola aqui.” (MORADORA 5).*

Acerca do lazer, o conjunto foi entregue sem a presença de praças ou espaços culturais, apenas com uma quadra esportiva, que segundo as entrevistadas está abandonada. As que têm filhos pequenos relataram que evitam deixá-los frequentar a quadra, pois tornou-se um ponto de drogas. Recentemente, em março deste ano, foi inaugurado pelo atual prefeito Wladimir Garotinho, o Calçadão do Parque Santa Clara, equipado com academia de ginástica para a terceira idade e dois playgrounds, com a intenção, segundo ele, de realizar a integração social entre comunidades.

Quanto à delegacia, nenhuma das entrevistadas mencionou a presença deste equipamento no local, apenas na proximidade, que é a 146º DP da Polícia Civil de Guarus, localizada no bairro de Custodópolis. Foi possível perceber em algumas falas que há um descrédito na polícia e que a segurança pública não tem um papel importante no conjunto.

Relativo à saúde, também não há presença de unidades de saúde no conjunto. A unidade de saúde mais próxima é o Hospital Geral de Guarus (Hgg), e segundo as entrevistadas o posto de saúde mais próximo que ficava localizado no bairro Jardim Carioca foi fechado, e os atendimentos foram remanejados para o posto de saúde localizado no bairro Parque Prazeres. A moradora 2 relata a dificuldade em acessar os atendimentos no posto de saúde do bairro Parque Prazeres.

*Já passei muito sufoco com meu menino depois que o postinho do Jardim Carioca fechou. Não era tão perto também, mas esse do Parque Prazeres é mais longe ainda. Gasto uma hora quase andando com ele debaixo de sol quente, porque não tem condução pra lá. E é uma dificuldade pra marcar médico. (MORADORA 2)*

A respeito das estratégias utilizadas para conciliar trabalho e cuidado com os filhos morando no “Recanto da Bíblia”, as quatro entrevistadas que têm filhos pequenos relataram que para trabalhar deixam os filhos com vizinhos, na creche, com parentes ou até mesmo sozinhos em casa.

*Minha filha mais velha desde novinha fica com o irmão. Eu já deixo comida pronta, ela me ajuda com algumas coisas, de manhã eles vão pra escola e a tarde eles ficam em casa. Aí eu falo pra não abrir a porta pra ninguém, pra não mexer em coisa que pode machucar, porque eu só chego em casa lá pra de noite. (MORADORA 2).*

*Eu praticamente trabalhei até o dia de ganhar, depois minha mãe me ajudou e aí quando ele ficou maiorzinho eu consegui botar ele nessa creche que tem aqui. É o que tem me aliviado porque ele fica praticamente o dia todo lá. (MORADORA 3).*

*Eu já fazia unha em casa há muito tempo, mas com criança pequena perto, você sabe, não dá certo. Aí eu fiquei um bom tempo sem arrumar serviço porque não tinha com quem deixar eles. Depois que me apareceu essa oportunidade no salão onde eu trabalho, eu tive que dar um jeito, e comecei a deixar eles com uma vizinha minha, que graças a Deus cuida muito bem deles. (MORADORA 4).*

Por fim, foi perguntado como elas enxergam o Programa Morar Feliz e se o mesmo atendeu suas expectativas. Apesar de todas as dificuldades, todas sentem-se satisfeitas com relação ao imóvel, que para elas possui uma estrutura razoavelmente boa, onde ressaltaram a importância do programa para aqueles que não tinham nada. Para a moradora 2 em especial, sair do aluguel foi um alívio, mesmo não sendo a titular da casa. Quanto as outras entrevistadas, saber que não há risco de sofrerem novamente com as enchentes é o ponto alto do conjunto.

Diante do exposto, é importante considerar que a realidade vivenciada por essas mulheres e suas famílias no conjunto “Recanto da Bíblia” deixa evidente a desarticulação

do planejamento urbanístico do programa em vários eixos, como mobilidade, serviços e equipamentos públicos, e apresenta um quadro de distanciamento das áreas centrais da cidade, reproduzindo a segregação urbana a partir de políticas públicas de habitação social, que prejudica especialmente as mulheres, tendo em vista os fatores específicos envolvidos que estão relacionados a questão de gênero e seu papel social.

O acesso a determinados lugares da cidade e aos serviços públicos é dificultado para o pobre de forma geral, e conseqüentemente para as mulheres mães e negras que se encontram nas periferias.

Para Hoff (2017), o Estado indiretamente colabora para a situação de segregação destas famílias por meio de políticas públicas que são fortemente vinculadas aos setores da construção civil, visto que, removem a população mais pobre de alguns pontos da cidade e os reassentam em grandes conjuntos habitacionais de interesse social construídos nas periferias das cidades, mais distantes dos bens e serviços públicos.

Nas entrevistas, foi possível observar a percepção da violência, a sensação de abandono e isolamento, e a ausência do poder público e serviços. Para as mulheres, a violência acaba tendo uma dimensão própria, pois afeta diversos aspectos da vida cotidiana, desde a criação dos filhos até o acesso à cidade, ao trabalho e ao lazer. É a violência visível, presente no dia a dia, com a presença de armas, tiroteios, tráfico de drogas e violência policial.

A ausência de escolas no conjunto e no entorno colocam estas mulheres em uma situação difícil. Tendo em vista que a maioria das entrevistadas recebem o Bolsa Família, que possui como condicionante a manutenção das crianças na escola. A falta de escolas próximas para atender-las faz com que mantenham seus filhos em unidades distantes do conjunto, nas quais já estavam matriculados antes do reassentamento.

A distância do centro da cidade e demais bairros, a falta de transporte, a responsabilização do acompanhamento das crianças no deslocamento casa-escola, somada a insegurança e ao peso do papel social feminino, faz com que a segregação atinja essas mulheres de forma mais intrínseca, ocasionando um distanciamento da vida social, impedimento de acesso a trabalhos formais e bem remunerados, e desemprego.

Constatou-se também, que não há uma organização coletiva dos moradores do conjunto, expressando que a capacidade de mobilização da comunidade parece

adormecida. Entretanto, por meio das falas, seu potencial para reivindicar por melhorias é grandioso.

Sendo assim, a argumentação que a destinação da titularidade dos imóveis às mulheres ocorre devido a condição do papel social feminino como cuidadora e possuidora da responsabilidade junto à família e que visa o empoderamento e a independência feminina, torna-se superficial e insuficiente. O acesso à moradia a partir desta priorização não tem proporcionado a essas mulheres e suas famílias o acesso a serviços e o direito à cidade de forma ampla, bem como prejudica a inclusão e participação social das mesmas.

Portanto, é importante reafirmar que o direito à moradia não se limita apenas ao teto. É ter direito à cidade, às proteções e oportunidades, aos serviços e de ser parte ativa da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi de abordar os efeitos da segregação socioespacial sob uma perspectiva de gênero, em especial analisando a realidade de mulheres empobrecidas que vivem com os filhos sem a presença do cônjuge no conjunto habitacional “Recanto da Bíblia”, suas implicações sociais, bem como seus reflexos na constituição espacial. Para isso, objetivou-se investigar as influências do conjunto habitacional “Recanto da Bíblia” no acesso aos bens e serviços públicos, e a percepção dessas mulheres sobre sua situação.

Sendo assim, um dos principais conceitos utilizados nesta dissertação e adaptado a realidade feminina, foi o conceito de segregação, a partir de teses de Flávio Villaça, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, entre outros.

O encontro desta pesquisadora com o objeto se mostrou de forma desafiadora. A insegurança e a violência fizeram com que alterássemos o modelo de abordagem de grupo focal presencial para entrevistas individuais e à distância. Porém, a riqueza das valiosas contribuições das mulheres que estiveram dispostas a dividir um pouco das suas trajetórias e realidade comigo, fez com que esse trabalho tomasse uma importância ainda maior.

Todavia, acredita-se que o objetivo foi alcançado, no sentido de apresentar que a leitura das realidades se modifica quando analisamos gênero, classe e raça conjuntamente. Com esta pesquisa, foi possível constatar que a sociedade brasileira manteve e mantém uma grande parte de sua população marginalizada, tanto do ponto de vista econômico quanto social, gerando uma grande massa de trabalhadoras e trabalhadores assalariados, com baixos rendimentos que os levam a uma vida precária, sem proteção social, vivendo nas periferias, segregados e sem o mínimo de condições sociais.

As estratégias desenvolvidas para a conciliação do trabalho remunerado e o cuidado dos filhos, revelam questões importantes que estão baseadas na divisão sexual do trabalho e pautadas nas relações patriarcais de gênero. As políticas sociais possuem como centralidade a família. Entretanto, esta centralidade vem sobrecarregando as mulheres que são diariamente responsabilizadas pelo cuidado das crianças, idosos e doentes nas relações familiares

A segregação espacial é a expressão material das desigualdades de uma sociedade dividida em classes. Estes elementos impactam de forma relevante a vida de muitas mulheres consideradas chefes de família e que vivenciam um cotidiano marcado pela vulnerabilidade econômica e social. Além de encarar a sobrecarga de cuidar do lar e

da educação dos filhos, enfrentam ainda outras adversidades como a inexistência de creches e escolas, de uma rede de apoio de parentes, amigos e vizinhos, que anteriormente possuíam uma relação sólida em sua moradia de origem, que forneciam outras alternativas importantes para aliviar a sobrecarga do trabalho doméstico e que possibilitam seu acesso ao mercado de trabalho e reforçam sua autonomia.

Contudo, apesar de enxergarem os problemas e a precariedades com relação ao local, para essas mulheres, ter uma casa também tem significado a possibilidade de um lugar privilegiado para a realização do cotidiano da família, expressando uma forma de proteção social num contexto de adversidades e a materialização dos esforços da melhoria de vida: uma garantia numa vida cheia de incertezas (CAMPOS, 2019).

Nesse sentido, é notório que a garantia do direito à moradia às mulheres é essencial para a realização de suas atividades do dia a dia e, inclusive, para a promoção da autonomia em todas as esferas da sua vida e para a efetivação de outros direitos, devendo-se levar em consideração todas as adversidades vivenciadas por um grande número de mulheres, predominantemente negras, principais provedoras do sustento dessas famílias. Entretanto, compreender o Programa “Morar Feliz” sob uma perspectiva de gênero, expõe seus efeitos colaterais do mesmo, especialmente no que diz respeito à solução de problemas sociais.

Não basta apenas elaborar programas habitacionais, construir e entregar casas. É preciso que exista uma preocupação por parte do poder público com o trabalho de acompanhamento social destes locais, dando suporte a população e ofertando os serviços essenciais como lazer, educação, saúde, cultura e transporte, evitando que essas famílias vivam em espaços de exclusão.

Por fim, é importante considerar que este trabalho contribuirá para o enriquecimento do debate acadêmico, especialmente para o Serviço Social. Temos a questão de gênero como uma categoria transversal em nossa área, porém nem sempre debatida ou percebida ao longo da profissão com a devida importância que vem sendo adquirida na atualidade. Assim como, é de fundamental importância que nós, assistentes sociais, tenhamos entendimento sobre os processos de reassentamento promovidos pelas políticas habitacionais, refletindo para além do acesso à moradia, mas também apreendendo as questões do acesso à cidade e aos serviços que são direitos de todo e qualquer cidadão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Ciênc. Cult.** vol.58 nº.4 São Paulo: 2006. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400020#:~:text=O%20n%C3%ADvel%20de%20escolaridade%20das,dobro%20da%20dos%20homens%20brancos.](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020#:~:text=O%20n%C3%ADvel%20de%20escolaridade%20das,dobro%20da%20dos%20homens%20brancos.)>

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional aldeia em Campos dos Goytacazes.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes: 2009. p.1-166. Disponível em: <<https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/ANA-PAULA-SERPA-NOGUEIRA-DE-ARRUDA.compressed.pdf#:~:text=Campos%20n%C3%A3o%20constitui%20exce%C3%A7%C3%A3o%2C%20pois%20possui%20atualmente%2018,raramente%20s%C3%A3o%20elaboradas%20pol%C3%ADticas%20de%20urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20das%20favelas.>>.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo.** Tese de Doutorado em Antropologia Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05082015-135921/pt-br.php>>.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 103. São Paulo: Jul/Set 2010. p.576-589. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282010000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300009)>.

BABIUK, Graciela Alves. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social.** Florianópolis: 2015. p.1-8. Disponível em: <[http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180860/Eixo\\_3\\_269.pdf?](http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180860/Eixo_3_269.pdf?)>.

BALIANA, Livia Karla. **Monoparentalidade feminina e seus desafios: um estudo exploratório.** Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: 2013. p.1- 126. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7136/2/Tese%20na%20íntegra%20Livia%20Baliana.pdf>>.

BRITO, Flávio dos Santos. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Revista Urutágua.** nº 15. Maringá: 2008. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/015/15brito.htm>>.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado. 1988

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal n ° 8069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. Dossiê Cidades. **Revista Espaço Plural**. v. 8, n.17. 2007. p. 65 -72. Disponível em: < <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1619>>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, 2001. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. **Revista Textos & Contextos**. nº 2, ano II. Porto Alegre: 2003. p.1-15. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/947/727>>.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Contribuições da “lente” de gênero para mirar a realidade social. In: **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: Editora Clacso, 2011. p. 29-49. Disponível em: < <https://www.crop.org/viewfile.aspx?id=287>>.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Desafios da habitação: a realidade da moradia no Brasil. **Observatório das Metrôpoles**. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/desafios-da-habitacao-realidade-da-moradia-no-brasil/>>.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez/EDUC, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: **A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. 3ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2008. p.66.

CAVALCANTI, Lana de Souza. ARAUJO, Manoel Victor Peres. Segregação socioespacial no ensino de geografia: um conceito em foco. **Revista Acta Geográfica**. Edição Especial. Boa Vista: 2017. p.140-159. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4775/2419>>.

CHRISTIANO, Renata Martins; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. A família na contemporaneidade: Os desafios para o trabalho do Serviço Social. **Revista Em Debate**. nº 11. Rio de Janeiro: 2013 p. 32-56. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc->

rio.br>.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Os rios e pântanos nas primeiras representações cartográficas da vila Campos dos Goytacazes: imaginação geográfica e disputas de poder (final do século XVIII até começos do XIX). Dossiê Araguaia. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**. Número 31. 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/12048>>.

COLLINS, Patricia Hil. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: **Reflexões e práticas de transformação feminista** (org. Renata Moreno). São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempreviva), 2015. p.13-42.

CRUZ, José Luis Vianna da. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970- 2000). In: **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004. p.77-116.

DESORDI, Jordana Laís. **O direito à moradia e à cidade: um exercício de cidadania**. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: 2017. p.1-108. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/6275/Jordana%20Lais%20Desordi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. O governo Vargas e as primeiras tentativas do estado na provisão de habitação popular. **XXVII Simpósio Nacional de História- ANPUH**. Natal: 2013. p. 1-15. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875178\\_37f316300b9c32d1c785c22be30cae21.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875178_37f316300b9c32d1c785c22be30cae21.pdf)>.

DUARTE, Danielle Barros. **A descentralização da política habitacional: o caso de Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado. Universidade estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes: 2008. Disponível em: <<https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/06/DANIELLE-BARROS-DUARTE.pdf>>.

DUTRA, Pollyana Lopes. **Programa habitacional morar feliz em Campos dos Goytacazes: Análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes: 2015. p. 1-208. Disponível em: <<https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-POLLYANA-LOPES-DUTRA-SOCIOLOGIA-POL%C3%8DTICA-PPGSP-CCH-UENF.pdf>>.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.

FALCÃO, Daiana de Azevedo. **A espera do morar feliz: entre remoção e o reassentamento do programa habitacional morar feliz, um território da espera.** Dissertação de Mestrado. Universidade estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes: 2015. Disponível em: < <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2015/10/DAIANA-DE-AZEVEDO-FALC%C3%83O.pdf>>.

FILHO, Reinaldo Antônio Bastos. **Segregação socioespacial e redes de apoio familiares em regiões periféricas de uma cidade média mineira.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: 2019. p. 1-190. Disponível em: < <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27034/1/texto%20completo.pdf>>.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Revista Saúde e Sociedade.** v.14, n.2. São Paulo: 2005. p.50-59. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGg/?format=pdf&lang=pt>>.

FONSECA, Alexandre Brasil. Mídia, religião e política: a evangelização da campanha presidencial. **Logos: Comunicação e Religiosidades.** Ano 11, nº 21, 2004. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/14901>>.

GALIZA, Helena Rosa dos Santos. VAZ, Lilian Fessler. SILVA, Maria Lais Pereira da. **Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI.** Memória das Olimpíadas. Disponível em: < <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/888/1/MD007%20-%20GALIZA%20Helena%2C%20VAZ%20Lilian%2C%20SILVA%20Maria%20Lais%20-%20grandes%20eventos%20obras%20e%20remocoes%20na%20cidade%20do%20rio%20de%20janeiro%20do%20seculo%20xix%20ao%20xxi.pdf>>.

GHIONE, Roberto. Cidade mercadoria. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná.** Curitiba: 2015. Disponível em: < <https://www.caupr.gov.br/?p=15172>>.

HARVEY, David. Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005, p.163-190. Disponível em: < [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02\\_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf)>.

HOFF, Tuize Rovere. Mulher, segregação urbana e redes de sociabilidade: uma alternativa de (re)ação feminina?. **VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul: 2017. p.1-18. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0CAIQw7AJahcKEwi4z7vW26D\\_AhUAAAAAHQAAAAAQAg&url=https%3A%2F%2Fonline.unisc.br%2Ffacadnet%2Fanais%2Findex.php%2Fsidr%2Farticle%2Fdownload%2F16734%2F4389&psig=AOvVaw0GyV\\_ydKnK\\_0YnDSzDp3BQ&ust=1685662331946380](https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0CAIQw7AJahcKEwi4z7vW26D_AhUAAAAAHQAAAAAQAg&url=https%3A%2F%2Fonline.unisc.br%2Ffacadnet%2Fanais%2Findex.php%2Fsidr%2Farticle%2Fdownload%2F16734%2F4389&psig=AOvVaw0GyV_ydKnK_0YnDSzDp3BQ&ust=1685662331946380).

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: **Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, 2., 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/40575029-Problematizando-o-conceito-de-empoderamento-1.html>>. Acesso em: 7 jan. 2022.

IBGE. **Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica. Estatísticas de gênero- uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 1-162. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288942>>.

IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça- 20 anos**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/portal](http://www.ipea.gov.br/portal)>.

. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados do PNAD contínua**. Brasília: 2019. p-1-52. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2528.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf)>.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Ed. da UFMG. Belo Horizonte: 2002.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Ano 7. Edição 63. IPEA: 2010. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=1111:catid=28#:~:text=A%20origem%20das%20favelas%20na%20cidade%20do%20Rio,dar%20moradia%20aos%20acompanhantes%20da%20fam%C3%ADlia%20real%20portuguesa.](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&id=1111:catid=28#:~:text=A%20origem%20das%20favelas%20na%20cidade%20do%20Rio,dar%20moradia%20aos%20acompanhantes%20da%20fam%C3%ADlia%20real%20portuguesa.)>.

MARICATO, Ermínia. Metrôpoles, legislação e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**. v. 17, n. 48. São Paulo: 2003. p. 151-167. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/?lang=pt&format=pdf>>.

\_\_\_\_\_. O ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. **Políticas sociais- acompanhamento e análise**. 12. Repositório do Conhecimento IPEA. Brasília: fev.2006. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4508/1/bps\\_n.12\\_ensaio2\\_ministerio12.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4508/1/bps_n.12_ensaio2_ministerio12.pdf)>.

MARINHO, Marcos de Brito Monteiro. Escravidão e engenhos: o processo de modernização da indústria açucareira do Norte Fluminense (c. 1850-1888). Dossiê modernização conservadora no Brasil. **Cantareira**. Niterói: 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/download/30771/17877/105889>>.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **Segregação e gentrificação: os conjuntos habitacionais em Natal**. EDUFRN. Natal: 2018. 384 p. Disponível em: <<file:///C:/Users/JAIR%20SOUZA/Downloads/Segrega%C3%A7%C3%A3o%20e%20gentrificac%C3%A7%C3%A3o.pdf>>.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. **O habitar: práticas socioespaciais no conjunto morar feliz do bairro Penha, Campos dos Goytacazes/RJ.** Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2015. p. 1-261.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil.** CEPAL. Brasília: 2005. p. 1-47. Disponível em: <[www.observatoriodegenero.gov.br/menu/...artigos.../genero-e-pobreza-no-brasil/](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/...artigos.../genero-e-pobreza-no-brasil/)>. Acesso em: 03 mai. 2018

MIOTO, Regina Célia. Família: trabalho com famílias e serviço social. **Serviço Social em Revista.** n. 2, v. 12. Londrina: 2010. p. 163-175. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7584/6835>>.

MONTEIRO, Adriana Roseno. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Revista Mercator.** n.16. Fortaleza: 2017. p.1-13. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?lang=pt&format=pdf>>.

MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. In: **Cadernos CEMARX/** publicação do Centro de Estudos Marxistas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2018 (11). p.71-88.

MUYLAERT, Camila Junqueira. Et al. As entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP.** 48 (spe2). São Paulo: dez. 2014. p.193-199 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYct/?lang=pt>>.

OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. Et al. Grupo focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?. **Cadernos da Fucamp.** v.19, n.41. Monte Carmelo: 2020. p.1-13. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2208>>.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 24-63. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-02.pdf#:~:text=A%20fam%C3%ADlia%2C%20como%20processo%20hist%C3%B3rico%20constru%C3%ADdo%20e%20modi%EF%AC%81,a%20pr%C3%B3pria%20fam%C3%ADlia%2C%20delimitar%20per%C3%ADodos%20de%20sua%20exist%C3%Aancia.>>

PEROSINI, Gladison Luciano. A revolução industrial e sua influência na reestruturação da vida familiar. **Revista Latino- Americana de Estudos em Cultura e Sociedade.** v.03, nº 3. 2017. p.1-13. Disponível em: <[relacult.claec.org](http://relacult.claec.org)>.

PINTO, Marina Barbosa. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. **Revista Libertas.** v. 4 e 5, n. especial. Juiz de Fora: 2005. p.92-117. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Artigo-Marina.pdf>>.

PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. **A Municipalização da política de habitação Popular em Campos dos Goytacazes (1989-2001)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes: 2002.

REGO, Ana Paula Eckhardt de Almeida. **Gênero, classe e raça: uma aproximação da experiência de vida de mulheres empobrecidas chefes de famílias monoparentais no município de Campos dos Goytazes/RJ**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes: 2017. p. 1-178.

RESSEL, Lúcia Beatriz. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto Contexto Enfermagem**. 17 (14). Florianópolis: 2008. p. 779-786. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/nzznnfzrCVv9FGXhwnGPQ7S/?format=pdf&lang=pt>>.

RODRIGUES, Igor Paolo Ribeiro Dias. **Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes: 2016. p.1-137. Disponível em: <[http://www.ppg.uff.br/wp-content/uploads/2017/04/IGOR\\_Diss.pdf](http://www.ppg.uff.br/wp-content/uploads/2017/04/IGOR_Diss.pdf)>.

ROLNIK, Raquel. et al. O programa minha casa, minha vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cad. Metrópole**. v.17, n.33. São Paulo: 2015. p.128-154. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/q47HCnW58YPJHzyvhZSWPwB/>>.

ROSA, Edenilse Pellegrini da. Mulher, cidades e habitações. **Site do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2010. Disponível em: <http://naf.ufsc.br/files/2010/08/Mulhercidades.pdf>

\_\_\_\_\_. **O que é cidade**. Coleção Primeiros Passo. 3ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

RUBIN, Graziela Rossatto. BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Revista Ciência e Natura**. v.36, n.2. Santa Maria: 2014. p.201-213. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/article/viewFile/pdf>>

SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisbarto. Família monoparental: fenômeno da contemporaneidade?. **Revista Polêm!ca**. v.13, n.2. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/10618/8518>>.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. **RBCS**. vol. 24, nº 70. junho/2009. pp.37-60. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wk38yvGQvpj5xscMzTqy9kv/?lang=pt&format=pdf>>.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe social e desigualdades de gênero no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. vol. 51, nº 2. Rio de Janeiro: 2008. pp.353-402. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/dados/a/brf6bb9VzDCHMSmLbb8GHLF/?lang=pt&format=pdf>>.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família brasileira: do patriarcalismo colonial ao crescente poder feminino na contemporaneidade**. PUC-Rio: 2002. p.1-12. Disponível em: <  
[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12054/12054\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12054/12054_3.PDF)>.

SCHAEFFER, Maria de Fátima Castilho. Segregação socioespacial no Distrito Federal. **Revista Katálysis**. v.6, n.2. Florianópolis: 2003. p.238-248. Disponível em: <  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7901/7309>>.

SOARES, Viviany Férras da Motta dos Santos. “Violência urbana”: vozes de familiares de vítimas em Campos dos Goytacazes/RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes: 2018. Disponível em: <  
[https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2021/08/Dissertacao\\_Viviany\\_Soares\\_Versao\\_Final\\_normalizada.pdf](https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2021/08/Dissertacao_Viviany_Soares_Versao_Final_normalizada.pdf)>.

SOUSA, Maria José Rodrigues de. **Direito à cidade e à habitação: programa minha casa, minha vida (PMCMV) no município de Picos-PI**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2017. p.1-229. Disponível em: <  
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/31228/1/TESE%20Maria%20Jos%c3%a9%20Rodrigues%20De%20Sousa.pdf>>.

USP. Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?. **Lab. Cidade**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo: 2012. Disponível em: <  
[http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2011\\_ONU\\_Direito\\_das\\_Mulheres\\_a\\_Moradia.pdf](http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2011_ONU_Direito_das_Mulheres_a_Moradia.pdf)>.

VALENCIO, Norma. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: **Sociologia dos desastres- construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p.34-47. Disponível em: <  
[http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini\\_cd\\_oficinas/pdfs/livro-sociologia-dos-desastres.pdf](http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd_oficinas/pdfs/livro-sociologia-dos-desastres.pdf)>.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Dossiê São Paulo, Hoje. **Revista Estudos Avançados**. v.25, n.71. São Paulo: 2011. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/ea/a/7G8LTmdQbCjCHqXg87Gs3SD/>>.

WOORTMANN, Klaas. WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. **Mulheres chefes de família: crescimento, diversidade e políticas**. Ouro Preto/MG: 2002. p.1-99. Disponível em: <<https://parentesco.org.files.wordpress.com/2010/08/artigo-woortmann-klaas-e-ellen-monoparentalidades-e-chefia-feminina-conceitos-contextos-e-circunstancias1.pdf>>.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. Repensando o conceito de matrifocalidade. **Série Antropologia**. Brasília: 1976. p. 1-11. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie015empdf.pdf>>.

## APÊNDICE I

### REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Informações aos participantes

1) **Título do protocolo do estudo:** Monoparentalidade Feminina: A realidade de mulheres empobrecidas sob a perspectiva do programa habitacional “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ

2) **Convite**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa ***Monoparentalidade Feminina: A realidade de mulheres empobrecidas sob a perspectiva do programa habitacional “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ***. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3) **O que é o projeto?**

O projeto consiste em uma pesquisa de campo que tem como objetivo levantar informações sobre o acesso de famílias monoparentais femininas à políticas e serviços essenciais no Conjunto Habitacional “Recanto da Bíblia” no Parque Santa Clara em Campos dos Goytacazes, e identificar os significados e conceitos que envolvem a representação do direito à moradia e à cidade na comunidade, especialmente sob a ótica das mulheres do referido projeto.

4) **Qual é o objetivo do estudo?**

O projeto visa analisar as implicações que o processo de retirada de famílias residentes em áreas consideradas de risco pelo poder público municipal de Campos dos Goytacazes - especialmente as famílias hoje residentes no conjunto habitacional “Recanto da Bíblia”, localizado no Parque Santa Clara – causaram no acesso a políticas e serviços essenciais (lazer, saúde, educação, transporte, etc) para esses indivíduos, principalmente mulheres chefes de família monoparental que já vivenciam um cotidiano marcado pela vulnerabilidade econômica e social

5) **Por que eu fui escolhido(a)?**

O critério de inclusão são mulheres chefes de família monoparental que residam no Conjunto Habitacional “Recanto da Bíblia”. A participação é voluntária, conforme desejo e autorização das interessadas.

6) **Eu tenho que participar?**

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto ***Monoparentalidade Feminina: A realidade de mulheres empobrecidas sob a perspectiva do programa habitacional “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ*** você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a

liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

**7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?**

Não haverá nenhuma consequência com sua participação. Será apenas solicitado àquelas que aceitarem participar, que respondam a pergunta a ser realizada pela pesquisadora.

**8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?**

Para que você participe da pesquisa será necessário apenas o desejo em participar.

**9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?**

A participante não terá nenhuma despesa ao decidir participar da pesquisa.

**10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?**

De acordo com as Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. Sempre existem riscos de vazamento de informações, entretanto, isso será minimizado pelo resguardo dos dados e sigilo das informações obtidas. Os eventuais riscos que as participantes poderão vir a ter em decorrência da sua participação nessa pesquisa ainda que mínimos, são: possibilidade de constrangimento ao relatar alguma situação; medo de não saber responder ou de ser identificada; estresse; quebra de sigilo; cansaço ou vergonha; quebra de anonimato. Para remediar e evitar que tais riscos ocorram, serão adotadas as seguintes medidas: serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos das envolvidas; as participantes não precisarão se identificar durante a participação do grupo focal; será utilizada a adoção de um pseudônimo; as informações coletadas ficarão arquivadas no acervo pessoal da pesquisadora responsável em local salvo do acesso por terceiros; durante a realização da pesquisa e ao término, elas serão descartadas de forma segura e responsável; será garantido: o acesso das participantes aos resultados; a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras); local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, assegurando a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da comunidade, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico.

**11) Quais são os possíveis benefícios de participar?**

Não haverá benefícios diretos à participante, contudo, há possibilidade de benefícios coletivos à comunidade a ser pesquisada, como maior visibilidade para questões de acesso à cidade e melhoria nas políticas e serviços ofertados pelo município naquele território.

**12) O que acontece quando o estudo termina?**

Os resultados obtidos serão compartilhados com as participantes da pesquisa. O relatório de pesquisa ficará disponível na biblioteca da Universidade Federal Fluminense, para consulta de profissionais, estudantes, etc.

**13) E se algo der errado?**

A pesquisa só será realizada com o consentimento dos envolvidos. Mesmo após o aceite, se durante a participação a participante não se sentir confortável, poderá retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa ou mesmo se retirar dela quando desejar, sem qualquer prejuízo ou justificativa.

**14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?**

Sim. Os nomes completos das participantes não irão aparecer em nenhuma fase da pesquisa, apenas suas iniciais.

**15) Contato para informações adicionais**

Dados do(a) pesquisador(a) responsável: Gabriela Santos de Carvalho-  
[gabrielacarvalho19@gmail.com](mailto:gabrielacarvalho19@gmail.com)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Adriana Soares Dutra (orientadora): [adrianadutra@id.uff.br](mailto:adrianadutra@id.uff.br)

Dados da Instituição Proponente: Programa de Estudos Pós- Graduated em Política Social

UFF- Universidade Federal Fluminense- Escola de Serviço Social

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis – Bloco E – 3º andar – lado par

Campus Universitário do Gragoatá – São Domingos – Niterói – CEP 24210-201

**Dados do CEP: Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) – Campus da UFF da Praia Vermelha – Instituto de Física – 3º andar (Torre nova) Telefone: (21) 2629-5119 – Email: [cephumanasuff@gmail.com](mailto:cephumanasuff@gmail.com)**

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

**16) Remunerações financeiras**

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.**

## **APÊNDICE II**

Pesquisa:

### **MONOPARENTALIDADE FEMININA: A REALIDADE DE MULHERES EMPOBRECIDAS SOB A PERSPECTIVA DO PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ.**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Este instrumento foi elaborado para auxiliar na coleta de informações importantes a serem destacadas pelas participantes durante as entrevistas.

#### **Apresentação**

Esta pesquisa busca compreender, por meio da análise do discurso, a influência do conjunto habitacional “Recanto da Bíblia” do Parque Santa Clara no acesso a políticas, serviços essenciais e à cidade, principalmente em famílias monoparentais femininas. Não é uma avaliação, por isso, não há respostas certas ou erradas. A sua participação é voluntária, seu nome não será registrado e suas respostas serão tratadas com sigilo.

Agradeço desde já pela sua contribuição!

**Identificação da Entrevistada:**

Raça/Cor: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Titular do Imóvel: ( ) Sim ( ) Não

Número de Pessoas residentes no imóvel: \_\_\_\_\_

**Tópicos Centrais****Primeiro momento da entrevista:**

- Falar sobre os objetivos da pesquisa;
- Explicar como serão feitas as entrevistas;
- Compreender se são beneficiárias de algum programa social e/ ou se recebem pensão paterna;
- Pedir para que digam uma qualidade delas.

**Segundo momento da entrevista:**

- Pedir para a entrevistada falar um pouco sobre a sua história de moradia: seu bairro de origem (verificar se residia em área de risco), como era sua vida antes de morar no Conjunto “Recanto da Bíblia” e o que a mudança de moradia significou para ela.

**Terceiro momento da entrevista:**

- Perguntar a entrevistada se ela acredita existir alguns problemas em seu conjunto, caso sim, solicitar que destaque os principais;
- Citar alguns serviços públicos à entrevistada, para identificar se há ou não a presença dos mesmos em seu conjunto;
- Requisitar à entrevistada, que fale sobre suas estratégias para conciliar trabalho e cuidado com os filhos, morando no “Recanto da Bíblia”;

- Perguntar a entrevistada como ela enxerga o Programa Morar Feliz e se atendeu as suas expectativas.

## ANEXO I

## Decreto 055/2011 que cria o Programa Morar Feliz

## Poder Executivo

www.do.campos.rj.gov.br



ANO II - Nº CCXV  
SEGUNDA-FEIRA,  
28 DE FEVEREIRO DE 2011  
R\$ 1,00

## DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES



PREFEITA  
**Rosinha Garotinho**  
VICE-PREFEITO  
**Francisco Arthur de S. Oliveira**

## ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

<b>Secretaria Municipal de Governo</b> Gerardo Roberto Siqueira de Souza
<b>Procuradoria Geral do Município</b> Francisco de Assis Pessanha Filho
<b>Secretaria Municipal de Finanças</b> Francisco Esquef
<b>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Petróleo</b> Eraldo Baelar da Silva
<b>Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo</b> César Romero Ferreira Braga
<b>Secretaria Municipal de Saúde</b> Paulo Roberto Hirano
<b>Secretaria Municipal de Defesa Civil</b> Maurício Antônio da S. Soares
<b>Secretaria Municipal de Educação</b> Joizila Rangel Abreu
<b>Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca</b> Carlos Frederico da Silva Paes
<b>Secretaria Municipal de Trabalho e Renda</b> Márcia Cecília Lyzandro de Albenaz Gomes
<b>Secretaria Municipal de Cultura</b> Otávio de Campos Soares
<b>Fundação Municipal Titianon</b> Márcia Auxiliadora Freitas de Souza
<b>Secretaria Municipal de Família e Assistência Social</b> Henrique Oliveira
<b>Secretaria de Controle e Orçamento</b> Siledi Bernardino da Silva
<b>Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos</b> Fábio Augusto Viana Ribeiro
<b>Secretaria Municipal de Comunicação Social</b> Mauro José da Silva
<b>Secretaria Municipal de Serviços Públicos</b> Zacarias de Albuquerque
<b>Secretaria Municipal de Justiça e Assistência Judiciária</b> Gimar Barbosa Lemos
<b>Secretaria Municipal de Meio Ambiente</b> Humberto Samyn Nobre Oliveira
<b>Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor</b> Rosângela Ribeiro da Silva Tavares
<b>Secretaria Municipal Particular</b> Linda Mara da Silva

www.campos.rj.gov.br

## SUMÁRIO

<b>Atos do Poder Legislativo</b> .....	
<b>Atos do Poder Executivo</b> .....	
Atos da Prefeitura.....	1
Despachos da Prefeitura.....	
Atos do Vice-Prefeito.....	
Despachos do Vice-Prefeito.....	
Secretaria Municipal de Governo.....	
Secretaria de Comunicação Social.....	
Procuradoria Geral do Município.....	
<b>ÓRGÃOS DA CHERIA DO PODER EXECUTIVO</b> (Coordenadoras e Secretarias Municipais)	
<b>Planejamento e Gestão</b> .....	
Administração e Recursos Humanos.....	
Controle e Orçamento.....	
Finanças.....	
<b>Desenvolvimento Econômico</b> .....	
Agricultura e Pesca.....	
Trabalho e Renda.....	
Defesa do Consumidor.....	
Desenvolvimento Econômico, Petróleo e Bionergia.....	
<b>Desenvolvimento Social</b> .....	2
Cultura.....	
Saúde.....	2
Família e Assistência Social.....	
Educação.....	
Justiça e Assistência Judiciária.....	
<b>Infraestrutura</b> .....	2
Obras e Urbanismo.....	2
Meio Ambiente.....	
Serviços Públicos.....	
<b>Ordem Pública</b> .....	4
<b>AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO</b> .....	4
<b>CÂMARA MUNICIPAL</b> .....	

## Atos da Prefeitura

DECRETO Nº. 055 /2011

Estabelece os critérios e o procedimento para concessão das casas populares do Programa Morar Feliz ou outro programa habitacional de moradia popular instituído neste Município.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 73, incisos IX, da Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes.

CONSIDERANDO que Campos possui atualmente 463.545 habitantes com expectativa de crescimento exponencial nos próximos 10 anos, com a abertura do Porto do Açu e da Barra do Furado;

CONSIDERANDO que o estado do déficit habitacional no Brasil demonstra condições insalubres de moradia e habitação estimado em 5.572 milhões de domicílios, dos quais 83% estão localizados nas áreas urbanas, e ainda, que as habitações precárias contabilizam 20,5%;

CONSIDERANDO a elaboração de uma política habitacional que alcance a população mais carente, marginalizada e em risco iminente, além daquela vulnerável socialmente;

CONSIDERANDO a construção de casas populares, no intuito de atenuar as disparidades sociais e o flagelo das famílias campistas;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o entendimento quanto à justificativa, definição, objetivos, competências e operacionalização do Programa Morar Feliz, facilitando sua identificação como uma ação de política habitacional no município de Campos dos Goytacazes.

DECRETA:

Art. 1º - O programa denominado Morar Feliz ou qualquer outro projeto habitacional popular instituído no Município de Campos dos Goytacazes será regido pelos critérios e procedimentos previstos neste decreto.

Parágrafo Único - O programa de que trata o caput deste artigo compreende na construção e/ou concessão de moradias inseridas em espaços de convivência comum, compondo os chamados condomínios residenciais populares.

Art. 2º - O programa de que trata este decreto será destinado a famílias de baixa renda que residam no Município de Campos dos Goytacazes há pelo menos 05 (cinco) anos e que estejam previamente cadastradas junto a Secretaria Municipal de Família e Assistência Social em estrita observância aos critérios estabelecidos no art. 3º.

Parágrafo Único - Para efeito deste decreto compreende-se por entidade familiar os arranjos familiares constituídos, que ocupem o mesmo espaço físico, com renda familiar individualizada.

Art. 3º - Para concessão das casas de que trata este decreto serão priorizadas, na ordem que se segue, as famílias que se encontrem:

I - ocupando moradias irregulares em áreas de risco devidamente comprovadas por laudo emitido pela Defesa Civil Municipal;

II - vulneráveis socialmente, devidamente comprovadas através de relatório socioassistencial emitido por técnico da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social;

III - oriundas do Programa SOS Habitação e que não tiveram seus imóveis recuperados, após devota análise socioassistencial feita por um técnico da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social.

§ 1º - Haverá reserva de 10% (dez por cento) das casas a serem entregues para as pessoas portadoras de necessidades especiais e a idosos com mobilidade reduzida.

§ 2º - E vedada a concessão de outra casa a qualquer membro de família que já tenha sido contemplada pelo programa de que trata este decreto, inclusive aquelas beneficiadas com a reserva prevista no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 4º - O procedimento para concessão das casas pautar-se-á na interseccionalidade entre a Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, Defesa Civil Municipal, Empresa Municipal de Habitação - EMHAB e Secretaria Municipal de Governo, cabendo a:

I - Secretaria Municipal de Família e Assistência Social: a) coordenar o programa de que trata este decreto, devendo proceder às visitas domiciliares para a análise socioassistencial das famílias com o perfil descrito no art. 3º;

b) proceder a análise, por meio de Assistentes Sociais, da possibilidade de inclusão das famílias no programa;

c) efetuar a marcação das casas a serem concedidas e posterior aplicação do Formulário de Levantamento socioeconômico-habitacional;

d) celebrar com o beneficiário o Termo de Permissão de Uso, nos termos do anexo único deste decreto;

e) formar e manter o CRAS itinerante, o qual fará o acompanhamento sistêmico das famílias beneficiárias;

f) capacitar os agentes sociais e os estagiários bolsistas do Município, que atuarão nas famílias no interior dos condomínios residenciais, sempre acompanhados de um assistente social;

g) proceder a inclusão das famílias beneficiárias em programas socioassistenciais públicos e/ou da Rede de Proteção Social, co-financiados pelo Município;

h) efetuar reuniões periódicas com as famílias beneficiadas antes, durante e após a entrega das moradias, como forma de mensuração dos impactos obtidos com a política habitacional criada;

i) proporcionar a apresentação de temas, através de palestras educativas, como higiene e limpeza, meio ambiente, uso correto da pia e vaso sanitário, preservação do imóvel, dentre outros assuntos correlatos.

II - Defesa Civil Municipal:

a) emitir laudo de avaliação de risco iminente, procedendo o posterior envio à Secretaria Municipal de Família e Assistência Social;

b) proceder a retirada, em caráter emergencial, das famílias que se encontrem em áreas de risco iminente;

III - Empresa Municipal de Habitação - EMHAB:

a) identificar as áreas a serem desapropriadas para construção dos condomínios residenciais populares;

b) efetuar a construção de áreas de uso comum, bem como de um escritório de campo;

c) fiscalizar as famílias beneficiárias no que tange a conservação do imóvel concedido.

IV - Secretaria Municipal de Governo:

a) articular com os Órgãos Municipais a disponibilização de programas e projetos destinados aos moradores dos condomínios residenciais populares;

b) supervisionar o cumprimento das competências destinadas a cada um dos Órgãos envolvidos;

c) efetuar a escolha e gestão do síndico, que será a pessoa responsável pela escuta das demandas dos moradores do condomínio residencial;

Art. 5º - Haverá a perda do direito de uso do imóvel objeto do programa de que trata este decreto, na ocorrência das seguintes situações, sem prejuízo das demais previstas no Termo de Permissão de Uso:

I - constatação de mau uso ou depreciação do imóvel concedido, devidamente comprovado pela Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, ou ainda a realização de qualquer obra sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

II - venda, locação, comodato, cessão de uso ou qualquer outra forma que implique alienação ou transferência, a título gratuito ou oneroso, do bem concedido ao beneficiário;

III - conduta que caracterize abandono do imóvel.

Art. 6º - Será formalizado um procedimento para cada família beneficiária do programa de que trata este decreto, constando todos os dados técnicos que fundamentaram a escolha da mesma, inclusive o formulário de levantamento socioeconômico-habitacional devidamente preenchido e o termo de permissão de uso devidamente assinado e, quando for o caso, laudo que ateste tratarse de família retirada de área de risco.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 25 de fevereiro de 2011.

Rosinha Garotinho

Prefeita

## ANEXO ÚNICO

## MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, representado por seu prefeito (estado civil), portador da identidade nº. XXXXX, CPF nº. XXXXXX, através da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social (SMFAS), com sede nesta cidade a Travessa Santa Elias, 46, Jardim Caraca, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 20.116.894/0001-61, neste ato representado por (dados pessoais) doravante denominados simplesmente PERMITENTES, e, de outro lado, o portador da identidade XXXX CPF XXXX, doravante denominado PERMISSONÁRIO, tendo em vista o disposto no Processo nº. XXXX, que criou o Conjunto Habitacional , celebraram o presente Termo de Permissão de Uso, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O PERMITENTE é senhor e legítimo possuidor e desmembramento de qualquer ônus, do imóvel nº. XXXX descrito e devidamente caracterizado no ato de permissão.

CLÁUSULA SEGUNDA - Através do Processo Administrativo nº. XXXX, o PERMITENTE outorga ao PERMISSONÁRIO, a título precário e por prazo indeterminado, a permissão de uso gratuito do imóvel público situado no Conjunto Habitacional , nele descrito e devidamente caracterizado, para fins exclusivas de MORADIA.

CLÁUSULA TERCEIRA - O PERMISSONÁRIO se obriga a manter o imóvel objeto da presente permissão em adequadas condições de conservação e a utilizá-lo exclusivamente para os fins previstos na CLÁUSULA ANTERIOR.

CLÁUSULA QUARTA - O PERMISSONÁRIO se obriga, também, a zelar pela guarda do imóvel cujo uso lhe é permitido, impedindo que terceiros venham dele se apropriar ou deprecia-lo, sob pena de revogação do presente termo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica vedado ao PERMISSONÁRIO doar, vender, locar, sublocar ou transferir a terceiros os direitos decorrentes desta permissão, mesmo que parcialmente.

CLÁUSULA QUINTA - O PERMISSONÁRIO se obriga, igualmente, pelo pagamento das despesas com o consumo de água e energia elétrica verificadas no imóvel objeto da permissão, a partir da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA - A alteração da destinação do imóvel, cessação, transferência ou qualquer outra forma de alienação pelo PERMISSONÁRIO, a título oneroso ou gratuito, dos direitos decorrentes desta permissão, constituindo infração, ensejadora de sua REVOGAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - A conduta prevista nesta cláusula configura o tipo penal previsto no art. 171, §2º, I do Código Penal (Estimatório), podendo o PERMISSONÁRIO responder criminalmente pela prática fraudulenta.

CLÁUSULA SÉTIMA - A permissão de uso de que trata o presente termo poderá ainda ser revogada pelo PERMITENTE, a qualquer tempo, se o interesse público assim o exigir.

CLÁUSULA OITAVA - Ocorrendo a revogação da permissão, o PERMISSONÁRIO se obriga a devolver ao PERMITENTE o imóvel ora cedido, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após devidamente notificado por via administrativa, incorporando-se ao patrimônio municipal as construções e/ou benfeitorias nele executadas, sem direito de retenção e independentemente de qualquer indenização, seja a que título for.

PARÁGRAFO ÚNICO - Findo o prazo de 30 (dias) sem a efetiva entrega do imóvel por parte do PERMISSONÁRIO, fica o PERMITENTE autorizado a proceder à imediata retomada do bem, em virtude do descumprimento das disposições constantes neste termo.

E por estarem assim justas, assinam o presente Termo de Permissão de Uso nº. XXXX/11, em 04 vias de igual teor e forma, que vão por todas assinadas na presença das testemunhas abaixo arroladas, documentado este que será devidamente publicado no Diário Oficial do Município para que produza seus devidos fins de direito.

Campos dos Goytacazes/RJ, XX de XXXX de XXX.

Prefeito

Secretário Municipal de Família e Assistência Social

NOME DO USUÁRIO

Testemunhas:

CPF:

CPF:

Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 25 de fevereiro de 2011.

Rosinha Garotinho

Prefeita

R\$ 1,00